

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em um cenário econômico desafiador, flexibilidade e resiliência são características fundamentais para o bom desempenho de uma Companhia. Ao longo de 2014, a Klabin demonstrou estar preparada para enfrentar as adversidades, valendo-se de seu mix de produtos e processos altamente competitivos para adaptar-se com agilidade às movimentações de mercado. Essa habilidade nos permitiu encerrar o ano com o melhor resultado histórico da Companhia e o 14º trimestre consecutivo de crescimento da geração operacional de caixa.

O ano que passou também foi de intenso trabalho para o maior investimento da história da Klabin, o Projeto Puma. As obras da nova unidade de celulose, em Ortigueira (PR), tiveram avanços significativos, de acordo com o cronograma e o com o orçamento previstos. Com inauguração esperada para o início de 2016, a fábrica adicionará 1,5 milhão de toneladas de celulose à capacidade da Klabin e proporcionará ainda mais flexibilidade aos nossos negócios graças à diferenciação de seus produtos: celulose de fibra curta (eucalipto), fibra longa (pinus), *fluff* (usada na fabricação de fraldas e absorventes) e a geração de energia elétrica. A unidade disponibilizará 150 MW excedentes para o sistema elétrico brasileiro, energia suficiente para abastecer uma cidade de 500 mil habitantes.

Paralelamente, demos continuidade aos projetos de expansão da capacidade de produção de papéis. Esse processo, iniciado em 2013 e que será concluído no início de 2015, levará a Companhia a atingir a capacidade de produção de 2 milhões de toneladas de papéis por ano, o que sustentará o crescimento de nossos resultados em 2015.

Em 2014, também avançamos em outras frentes. Ainda em janeiro, as ações da Klabin passaram a ser negociadas no Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBovespa e, ao longo do ano, os papéis foram convertidos para formação de *Units*. A Klabin também integrou pela primeira vez a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa, na qual permanece em 2015. A continuidade na carteira do ISE reforça nosso compromisso com a sustentabilidade, que está presente em toda nossa cadeia de valor, desde a base florestal até o relacionamento com nossos parceiros de negócio.

Historicamente comprometida com o meio ambiente, a Klabin foi eleita pela CDP (*Carbon Disclosure Project*) a empresa que mais incentivou as boas práticas de manejo florestal em 2014. A Klabin também foi destaque, pelo segundo ano consecutivo, do Guia Exame de Sustentabilidade. Ambos os relatórios ressaltam o projeto pioneiro realizado com apoio da Klabin para a certificação FSC® (*Forest Stewardship Council*) de fomentados do Grupo de Produtores Florestais do Médio Tibagi (PR). A certificação reconhece a prática do manejo florestal responsável e adiciona valor à produção dos fomentados, o que beneficia toda a cadeia produtiva.

Internamente, seguimos trabalhando na excelência na gestão de nossas pessoas, o que também se refletiu em reconhecimento: a Klabin foi eleita pelo Guia Você S/A uma das 150 Melhores Empresas Para Você Trabalhar no Brasil. Desenvolvido pela Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo (FIA), em parceria com a Editora Abril, o Guia valoriza a qualidade e o comprometimento de nossa liderança e de nossos colaboradores.

Olhando para o futuro, a Klabin também realiza o maior investimento de sua história em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, com a criação de um grande centro de pesquisa, ainda em construção, no Paraná. Nosso intuito é que a inovação seja, cada vez mais, um direcionador importante para o crescimento de nossos negócios.

Em 2014, a Klabin demonstrou ser capaz de enfrentar múltiplos desafios, apresentando performances melhores a cada dia. Isso foi possível por termos um time de qualidade e coeso em busca dos mesmos objetivos. Agradecemos aos clientes, investidores, parceiros de negócios, fornecedores e colaboradores que contribuíram para avançarmos ainda mais nos fundamentos para a construção de uma nova Klabin, uma empresa que dobrará de tamanho e abrirá novos mercados em 2016.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

SUMÁRIO DE 2014

O ano de 2014 no Brasil foi marcado pela realização da Copa do Mundo de futebol e eleições presidenciais que geraram impactos diretos na economia do país. O menor número de dias úteis assim como indefinições sobre a política econômica a ser adotada em um cenário de baixo crescimento e inflação em alta trouxeram pessimismo ao mercado brasileiro. Adicionando a esses fatores turbulências na esfera política e indefinição do vencedor das eleições até as últimas horas de apuração, o resultado foi um ano de extrema volatilidade.

Já no cenário internacional, incertezas sobre a continuidade do forte crescimento chinês, sobre a recuperação da zona do euro e o possível aumento das taxas de juros nos Estados Unidos culminaram em uma forte desvalorização das *commodities* ao final de 2014, afetando ainda mais as economias de países como o Brasil. Os mercados de papéis para embalagens não ficaram imunes a esses fatos e, no Brasil, mesmo com a desvalorização da taxa de câmbio, apresentaram queda em relação aos volumes de vendas observados em 2013.

Para a Klabin, 2014 foi um ano de desafios que evidenciou a flexibilidade de sua linha de produtos. Com os mercados internos menos aquecidos e a desvalorização do real ao longo do ano, a capacidade de atuar competitivamente em vários mercados possibilitou à Companhia destinar maiores volumes ao mercado externo e aumentar a receita de vendas. Esse fator, em conjunto com o contínuo esforço na otimização de custos resultou em novo crescimento consecutivo de EBITDA, que foi 10% superior ao do ano de 2013.

Ainda em 2014, a Klabin deu importantes passos em sua estratégia de crescimento com a plena capacidade da nova máquina de papel *kraft* para sacos em Cordeiro Pinto (SC), a adição de 50 mil toneladas de capacidade à máquina de cartões MP9 em Monte Alegre (PR) e a reforma que adicionou 35 mil toneladas de papéis em Angatuba no mês de dezembro. Além desses projetos, a nova máquina de papéis reciclados em Goiana (PE) produziu sua primeira bobina de papel no dia 02 de fevereiro de 2015 e a reforma na linha de papéis reciclados da fábrica de Piracicaba, programada para abril de 2015, elevará a capacidade de produção da Klabin de 1,7 milhão/ano para 2 milhões de toneladas/ano de papéis para embalagem, representando uma trajetória de crescimento também ao longo de 2015.

O ano também foi de foco e aceleração no desenvolvimento do Projeto Puma em Ortigueira (PR), maior projeto de expansão de toda a história da Klabin, aprovado em 2013 e que adicionará 1,5 milhão de toneladas de celulose à capacidade atual da Companhia.

Com o processo de terraplanagem das principais áreas concluído, as etapas de construção civil e preparação das fundações foram iniciadas no começo do ano e avançaram ao longo de 2014. Importantes equipamentos já foram recebidos no *site* e tiveram suas instalações iniciadas. Ao final de dezembro, o canteiro de obras contava com cerca de 8.500 colaboradores, o avanço físico da obra alcançou 38% e o desembolso financeiro atingiu 31% do orçado. Desta forma, as obras adiantaram 2015, ano chave da construção do projeto, em linha com o cronograma físico e com o orçamento estabelecidos, com inauguração e início da produção de celulose previstos para o final do primeiro trimestre de 2016.

Compondo a reestruturação societária elaborada para o Projeto Puma, em janeiro de 2014 a Klabin passou a integrar o Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo, segmento que lista ações de empresas que adotam práticas diferenciadas de governança. Destaca-se em conjunto a implementação do programa de emissão de certificados de depósitos de ações (*Units*) da Klabin, sendo estes compostos por 1 ação ordinária e 4 ações preferenciais, em que acionistas voluntariamente solicitaram a emissão de *Units* lastreadas neste múltiplo de ações em janelas de conversão abertas pela Companhia ao longo do ano.

Ao final de dezembro a Klabin foi novamente reconhecida por seu grande respeito e preocupação com as esferas sociais e ambientais e pelo 2º ano consecutivo integra a carteira do ISE da BM&FBovespa.

Dentre os principais resultados operacionais e financeiros do ano, destacam-se o volume de 1,8 milhão de toneladas de papéis e embalagens vendidas, R\$ 4,9 bilhões de receita líquida e R\$ 1,7 bilhão de EBITDA ajustado.

DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

UNIDADE DE NEGÓCIO FLORESTAL

A Klabin movimentou aproximadamente 10,2 milhões de toneladas de toras e cavacos de pinus e eucalipto e resíduos para energia em 2014. Desse total, 2,9 milhões de toneladas foram vendidos para serrarias e laminadoras, volume estável em relação a 2013, sendo o restante transferido para as fábricas do Paraná, Santa Catarina e São Paulo.

A exportação de produtos de madeira dos clientes da Klabin foi impulsionada pela taxa de câmbio mais alta principalmente ao longo do segundo semestre de 2014. Assim, as vendas de toras também se concentraram no segundo semestre do ano e compensaram o fraco desempenho dos primeiros meses de 2014, afetados por fortes chuvas que dificultaram a colheita de madeira.

Com volume de vendas estável, a receita líquida com vendas de madeira atingiu R\$ 331 milhões, 5% acima de 2013.

As terras da Companhia em dezembro de 2014 totalizavam 491 mil hectares, sendo 239 mil hectares de florestas plantadas e 211 mil hectares de florestas nativas preservadas. No ano foram plantados 16 mil hectares, sendo 14 mil hectares em terras próprias e parcerias, e 2 mil hectares em terras de terceiros (programa de fomento).

UNIDADE DE NEGÓCIO PAPEL

O volume de vendas de *kraftliner* e cartões revestidos em 2014 foi de 1.026 mil toneladas, 3% menor em comparação ao volume de vendas de 2013, devido principalmente ao menor volume disponível de cartões com a reforma da máquina nº 9 em Monte Alegre (PR) ao longo do segundo e terceiro trimestres. A receita líquida foi de R\$ 2.300 milhões, 4% maior do que no ano anterior. Em junho de 2014 foi realizada a parada para a reforma da Máquina de Papel nº 9 na fábrica de Monte Alegre que adicionou 50 mil toneladas à capacidade nominal de produção de cartões revestidos na unidade. A parada durou 17 dias e impactou a produção de cartões no período. Mesmo após o desgargalamento, a máquina nº 9 exigiu alguns meses até atingir estabilidade operacional, causando perdas de produção e consequente menor volume de vendas. Ao final do mês de outubro, a produção de cartões já operava em níveis compatíveis ao aumento de capacidade. Todavia, a menor disponibilidade de cartões para venda da Klabin não resultou em grande perda de posicionamento. Segundo dados divulgados pela Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ - antiga Bracelpa), o mercado brasileiro de cartões excluindo cartão para líquidos, teve retração de 3% em relação a 2013. O volume de cartões vendido pela Klabin, incluindo cartões para líquidos, no mercado interno ao longo de 2014 foi estável em relação a 2013. Com a limitação na capacidade de produção de cartões, o volume direcionado à exportação diminuiu e o volume total de vendas de cartões foi de 637 mil toneladas, 6% menor que o volume de 2013. O mix com maiores vendas no mercado interno e o aumento do câmbio médio no segundo semestre mais do que compensaram o menor volume vendido e a receita líquida das vendas de cartões revestidos alcançou R\$ 1.661 milhões, crescimento de 3% em relação ao ano anterior.

O volume de vendas de *kraftliner* e de *sack kraft* da Klabin cresceu 3% em relação a 2013 e totalizou 389 mil toneladas, impulsionado principalmente pela capacidade adicional da máquina de papel *kraft* para sacos em Cordeiro Pinto (SC) instalada em novembro de 2013. Com a queda do preço das aparas e mercados menos aquecidos ao longo do ano no Brasil, a flexibilidade da Klabin permitiu aumentar o volume direcionado aos mercados externos, aproveitando um cenário de câmbio médio mais alto do que 2013. No acumulado do ano, o preço médio de *kraftliner* divulgado pela FOEX em euros caiu 5%, porém em reais, devido à desvalorização da moeda brasileira, o preço médio aumentou 3% em relação a 2013. Dessa forma a receita líquida das vendas de *kraftliner* totalizou R\$ 639 milhões, crescimento de 7% em relação a 2013.

UNIDADE DE NEGÓCIO CONVERSÃO

Em 2014 o volume de vendas de produtos convertidos totalizou 712 mil toneladas e receita líquida de R\$ 2.171 milhões. Em comparação a 2013, o aumento de volume foi de 3%, enquanto a receita apresentou crescimento de 8%. Destaca-se no ano o significativo crescimento de vendas de papelão ondulado, mesmo em um mercado estável ao longo de 2014.

Segundo dados preliminares divulgados pela ABPO, a expedição brasileira de papelão ondulado foi de aproximadamente 3,4 milhões de toneladas de janeiro a dezembro de 2014, praticamente o mesmo volume verificado no ano anterior. O cenário de elevação de custos de energia, óleo combustível, químicos e outros insumos de produção impactaram os produtores de papelão ondulado, principalmente os não integrados, e sustentaram os preços praticados na venda deste produto, influenciando positivamente a receita da Companhia nesse segmento. A construção civil em 2014 teve fraco desempenho, impactando diretamente no mercado de cimento no Brasil e consequentemente no segmento de Sacos Industriais para a Klabin. O posicionamento da Klabin no mercado do Nordeste, triplicando a capacidade e acompanhando o crescimento da região e as vendas para os outros segmentos como farinha, rações e químicos minimizaram a queda dos segmentos ligados à construção civil como cimento, argamassa, cal e gesso.

Nos mercados de conversão, a Klabin utilizou-se mais uma vez de seu bom posicionamento em regiões que tiveram desempenho acima da média nacional, em especial no Nordeste, onde se localiza a fábrica de Goiana (PE). Esta unidade, além de contar com linhas de sacos industriais e caixas e chapas de papelão ondulado, possui forte atuação no mercado de frutas.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

R\$ Milhões	2014	2013	2014/2013
Volume de vendas (mil t)	1.771	1.788	-1%
Mercado interno	1.227	1.235	-1%
Exportação	545	553	-2%
% Mercado interno	69%	69%	0 pp.
Receita Bruta	5.900	5.554	6%
Receita Líquida	4.894	4.599	6%
Mercado interno	3.679	3.424	7%
Exportação	1.215	1.175	3%
% Mercado interno	75%	74%	1 pp.
Variação do valor justo dos ativos biológicos ..	924	336	175%
Custo dos Produtos Vendidos	(3.574)	(3.207)	11%
Lucro Bruto	2.244	1.729	30%
Margem Bruta	46%	38%	8 pp.
Vendas	(380)	(363)	5%
Gerais e Administrativas	(298)	(281)	6%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	85	11	639%
Total Despesas Operacionais	(593)	(632)	-6%
EBITDA ajustado	1.718	1.562	10%
Margem EBITDA	35%	34%	1 pp.
Lucro Líquido	730	290	152%
Endividamento Líquido	5.242	3.984	32%
Endividamento Líquido/EBITDA	3,0x	2,6x	

Notas: Algumas cifras dos quadros e gráficos apresentados poderão não expressar um resultado preciso em razão de arredondamentos. A conciliação do EBITDA Ajustado é demonstrada no item "Outras Informações" do relatório. A margem EBITDA é calculada sobre a receita líquida pró-forma, que inclui a receita da Vale do Corisco.

RESULTADO OPERACIONAL

Em 2014, o volume de vendas (excluindo madeira) totalizou 1.771 mil toneladas, 1% inferior a 2013, impactado principalmente pela reforma para aumento de capacidade de papel cartão da máquina nº 9 em Monte Alegre (PR). Por outro lado, a Klabin aumentou em 3% o volume de vendas de *kraftliner*, impulsionadas pela nova máquina de *sack kraft* instalada em novembro de 2013.

Mesmo com o menor volume de vendas, a **receita líquida** (incluindo madeira) totalizou R\$ 4.894 milhões, 6% superior a 2013, reflexo do melhor mix de produtos e mercados da Klabin.

O **custo caixa unitário** incluindo as despesas com vendas e gerais e administrativas foi de R\$ 1.815/t. Excluindo efeitos não recorrentes do último trimestre do ano, o custo caixa unitário foi de R\$ 1.830/t e ficou em linha com a inflação de 6,4% no período, refletindo a solidez dos programas de controle de custo colocados em prática pela Klabin ao longo dos últimos anos, mesmo com maior volume de vendas de produtos convertidos. O **custo dos produtos vendidos** em 2014 foi de R\$ 3.574 milhões, 11% superior ao de 2013, impactado também pela maior depreciação. O efeito líquido não caixa referente ao **valor justo dos ativos biológicos** (variação do valor justo das florestas subtraído da exaustão) no EBIT foi positivo em R\$ 310 milhões, comparado a um efeito negativo de R\$ 137 milhões em 2013. A variação se deve substancialmente ao aumento nos preços utilizados na avaliação do valor justo, além do remanejamento do plano de corte das florestas por conta da nova fábrica de celulose.

As **despesas com vendas** em 2014 foram de R\$ 380 milhões, 5% acima de 2013 em função do crescimento da receita líquida. Em 2014 as despesas com vendas representaram 7,8% da receita líquida, em linha com o observado no ano anterior. As **despesas gerais e administrativas** totalizaram R\$ 298 milhões em 2014, 6% superiores ao ano de 2013.

A **geração operacional de caixa (EBITDA Ajustado)** em 2014 atingiu R\$ 1.718 milhões, o melhor resultado histórico da Companhia e 10% superior ao ano de 2013, com margem EBITDA de 35%.

RESULTADO FINANCEIRO E ENDIVIDAMENTO

O endividamento bruto consolidado ao final do ano era de R\$ 10.985 milhões, sendo R\$ 1.755 milhões (16% da dívida bruta) no curto prazo. O aumento do endividamento bruto ao longo de 2014 foi feito por meio da contratação de linhas de longo prazo e a custos competitivos, com a finalidade de garantir os recursos necessários para o investimento no Projeto Puma.

O caixa e as aplicações financeiras em 31 de dezembro somavam R\$ 5.743 milhões, aumento de R\$ 2.764 milhões em relação ao final de 2013, devido à contratação de financiamentos e da capitalização para o *funding* do Projeto Puma, além da forte geração de caixa operacional da Companhia.

O endividamento líquido consolidado totalizou R\$ 5.242 milhões, influenciado principalmente pelos investimentos no Projeto Puma e pelo impacto da variação cambial na parcela da dívida em dólares ao longo de 2014. A relação dívida líquida/EBITDA atingiu 3,0 vezes ao final de dezembro de 2014, contra 2,6 vezes em dezembro de 2013. É válido ressaltar que este efeito da variação cambial é puramente contábil e impacta em sua grande maioria os financiamentos de pré-pagamento de exportação, não vinculados ao Projeto Puma, e já lastreados em futuras exportações da Klabin.

RESULTADO LÍQUIDO

O lucro líquido foi impactado por um lado pela boa geração de caixa da Companhia em 2014 e reavaliação do valor justo dos ativos biológicos, e por outro pelo impacto não caixa na dívida da apreciação do dólar em relação ao real, totalizando R\$ 730 milhões no ano, *versus* R\$ 209 milhões em 2013.

INVESTIMENTOS

R\$ Milhões	2014	2013
Florestal	102	86
Continuidade operacional	282	283
Projetos especiais	74	50
Expansão	245	381
Projeto Puma	2.242	99
Total	2.945	899

Os investimentos totalizaram R\$ 2.945 milhões ao longo de 2014, sendo R\$ 2.242 milhões destinados ao Projeto Puma. A nova planta de celulose da Klabin na cidade de Ortigueira (PR) terá capacidade para 1,5 milhão de toneladas de celulose. As obras têm caminhado dentro de prazo e cronograma estabelecidos previamente, e até dezembro de 2014 contava com avanço físico de 38% e 31% dos desembolsos realizados. Além do Projeto Puma, a Companhia focou em projetos de expansão de capacidade em papéis que somaram R\$ 245 milhões no ano, com destaque para a reforma da máquina nº 9 de cartões no Paraná e a construção da máquina de papéis reciclados na Unidade de Goiana (PE).

Ao final de dezembro, foi finalizada a reforma que adicionou 35 mil toneladas anuais à capacidade de papéis da fábrica de Angatuba (SP). No dia 02 de fevereiro de 2015 iniciou-se a produção da nova máquina de reciclados em Goiana, no estado de Pernambuco, que adicionará 110 mil toneladas anuais à capacidade de papéis da Klabin. A produção desta máquina servirá para abastecer as atuais máquinas de conversão da Companhia já instaladas na região.

MERCADO DE CAPITAIS

A partir do dia 09 de janeiro de 2014, comprometida com a transparência junto ao mercado e com o tratamento igualitário aos acionistas, a Klabin passou a integrar o Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo, segmento que lista ações de empresas que adotam práticas diferenciadas de governança. As ações da Companhia são negociadas na BM&FBovespa por mais de 30 anos. De acordo com o modelo de boas práticas de gestão, a Klabin garante aos titulares de ações preferenciais e ordinárias não integrantes do bloco de controle o direito a *tag along*, com recebimento de preço igual a 100% do valor pago por ação ordinária integrante do bloco de controle.

A Companhia implementou o programa de emissão de certificados de depósitos de ações (*Units*), sendo este composto por 1 (uma) ação ordinária - ON e 4 (quatro) ações preferenciais - PN. O início das negociações de *Units* foi em 10 de janeiro de 2014 e os acionistas voluntariamente solicitaram a emissão de *Units* lastreadas neste múltiplo de ações.

Ao longo de 2014, a Klabin anunciou cinco períodos de conversão, e ao final do ano, mais de 95% das ações preferenciais da Companhia já estavam incorporadas pelas *Units* (KLBN11). As *Units* atingiram um volume médio diário de negociação de R\$ 41,8 milhões no último trimestre de 2014, contra um volume médio diário de R\$ 28,3 milhões das ações preferenciais no mesmo período de 2013, representando um aumento de 48% na liquidez das ações da Companhia.

O preço de fechamento das *Units* ao final de 2014 contra o preço de fechamento da ação preferencial (ativo de maior liquidez na época) ao final de 2013 apresentou uma valorização de 20% contra uma desvalorização do Ibovespa de 3% no ano.

Também no último ano, a Klabin por meio de sua subsidiária Klabin Finance S.A. finalizou a emissão de títulos representativos de dívida (*Notes*) com vencimento em 10 anos, valor de US\$ 500 milhões e custo de 5,250% a.a. Esta operação permitiu à Companhia acessar uma nova fonte de financiamento, além de alongar seu prazo médio de endividamento. Os bonds estão sendo negociados no mercado secundário na Bolsa de Luxemburgo.

Em 2014 a Companhia manteve o *rating* grau de investimento "BBB-" (*Investment Grade*) na escala global pelas agências Standard & Poors e Fitch Ratings, que reconheceram o seu alto nível de liquidez, forte posição de caixa e endividamento adequado para fazer frente à execução do Projeto Puma.

Em 2014 foram pagos dividendos complementares referentes ao exercício de 2013 no valor de R\$ 90 milhões e dividendos intermediários referentes a 2014 no montante de R\$ 242 milhões, atingindo R\$ 332 milhões.

A Administração está propondo dividendos complementares do exercício de 2014 no valor de R\$ 102 milhões a serem aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 19 de março de 2015.

Após o desdobramento de ações ocorrido no primeiro trimestre do ano e as janelas de conversão de ações para formação das *Units*, ao final de 2014 o capital social da Klabin era representado por 4.729.789.565 ações, sem valor nominal, das quais 1.848.592.200 ações ordinárias e 2.881.197.365 ações preferenciais.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Em 2014, um grupo de 41 fomentados com propriedades na região do Médio Rio Tibagi (PR), conquistou, com o apoio da Klabin, a mais renomada certificação florestal do mundo, o FSC® (*Forest Stewardship Council*). O selo reconhece o manejo florestal responsável e permite que os produtores certificados comercializem a madeira com maior valor agregado, o que traz benefícios para toda a cadeia produtiva. A iniciativa faz parte do objetivo da Klabin de atingir 100% da madeira utilizada em seu processo certificada.

Por reforçar o pioneirismo da empresa na busca pelo desenvolvimento sustentável, a certificação de fomentados foi destaque em relatórios de instituições de grande relevância no que tange às práticas socioambientais que reconheceram o trabalho da Klabin em 2014.

A Companhia foi eleita a empresa que mais incentivou as boas práticas de manejo florestal, abordando o controle de seus impactos e a implementação de ações a partir do engajamento de seus fornecedores, certificação e rastreabilidade de sua madeira como forma de garantir uma cadeia de valor livre de desmatamento. O reconhecimento foi feito em relatório produzido pela CDP (*Carbon Disclosure Project*), organização internacional sem fins lucrativos que impulsiona as economias sustentáveis. A pesquisa foi feita com 152 empresas do mundo inteiro, de variados setores.

A Klabin também integrou, pelo segundo ano consecutivo, o Guia Exame de Sustentabilidade, que destaca o projeto desenvolvido junto aos fomentados. A publicação reúne as 61 empresas com as melhores práticas e políticas em sustentabilidade do Brasil.

Em 2014, a Klabin pela primeira vez fez parte da carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa, que reúne as ações das Companhias que se destacaram pelo alto grau de comprometimento com a sustentabilidade dos negócios e do País. O objetivo do ISE é criar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável, além de estimular a responsabilidade ética por meio de boas práticas empresariais.

As empresas integrantes são selecionadas anualmente, com base em critérios estabelecidos pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV). A Klabin também faz parte da nova carteira, em vigor entre 5 de janeiro de 2015 e 2 de janeiro de 2016.

AMBIENTAL

A Klabin tem como uma de suas principais preocupações a preservação da biodiversidade nas regiões onde mantém operações florestais. Exemplo disso é a manutenção das RPPNs - Reservas Particulares do Patrimônio Natural - áreas de mata nativa preservada, destinadas à conservação e à pesquisa científica.

Em maio de 2014, a Klabin inaugurou uma nova unidade de conservação, a RPPN Complexo Serra da Farola, localizada em Santa Catarina. Com quase 5 mil hectares, a reserva reúne as nascentes dos rios Caveiras e Canoas, que têm grande importância para a região, e já teve identificadas cerca de 600 espécies da flora e 75 da fauna. Esta é a segunda RPPN mantida pela Companhia, a primeira delas está na Fazenda Monte Alegre, em Telêmaco Borba (PR) e abrange uma área de 3.852 hectares. Comprometida com as questões relacionadas à geração e ao consumo de energia, a Klabin segue trabalhando para alcançar sua meta de ter 88% de sua matriz energética proveniente de fontes renováveis até 2017. Para atingir esse resultado, a empresa investe em melhorias de seus processos de produção. As fontes renováveis utilizadas pela Klabin estruturam-se sobre três pilares: a queima de licor preto (subproduto gerado no processo produtivo), caldeiras movidas à biomassa em substituição ao óleo combustível e energia elétrica própria de geração hidráulica. A empresa também busca energia elétrica de matrizes limpas, como fontes eólica e solar.

SOCIAL

Para apoiar a formação de uma sociedade mais justa, a Klabin desenvolve e apoia programas de profissionalização de jovens e de educação ambiental que envolvem as comunidades nas quais está presente. Ao longo de 2014, a Companhia investiu mais de R\$ 16 milhões em projetos socioambientais e culturais, como:

- Iniciativas de fomento e popularização da cultura, como patrocínio a exposições e associações de preservação de cultura;
- Projetos e entidades focadas na educação de jovens e adolescentes em situação de risco social;
- Projetos e entidades focadas na educação para inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência;
- Ações de monitoramento, proteção, recomposição e educação ambiental.

Como destaque, o projeto Crescer Lendo, em parceria com a organização United Way Brasil, promoveu a capacitação de professores e a instalação de 10 novas bibliotecas para educação infantil em escolas municipais das cidades de São Leopoldo (RS), Lages, Otacílio Costa e Cordeiro Pinto (SC), Jundiá (SP), Betim (MG), Guapimirim (RJ), Feira de Santana (BA) e Goiana (PE).

A Klabin também realizou doação de R\$ 1,150 milhão ao Fundo da Infância e Adolescência (FIA), em 2014. O valor foi destinado aos municípios onde a Companhia está presente.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

A Klabin investe constantemente em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para tornar-se mais competitiva, desde a performance de suas florestas e de seus processos produtivos até a gestão do impacto de seus produtos. A Companhia realiza o maior investimento de sua história nessa área, com a construção de um grande centro de pesquisa, que estará instalado na Unidade Monte Alegre (PR) e tem inauguração prevista para 2016.

Com olhar mais amplo e ação mais estratégica, a área de P&D&I atua em diversos elos da cadeia de produção:

- Aprimoramento de processos de plantio e manejo de pinus e eucalipto para aumento da produtividade;
- Desenvolvimento de novos produtos e melhorias nos projetos existentes para adaptá-los a necessidades de clientes ou a um melhor desempenho econômico e ambiental;
- Otimização de processos de fornecedores para melhorar a flexibilidade das Unidades nas compras de insumos e serviços;
- Soluções para questões das propriedades físicas das embalagens, como barreiras (água, vapor, gordura, pragas), porosidade, permeabilidade e rugosidade, e na conversão (corte, vincagem, colagem, fechamento e impressão);
- Avaliação do desempenho dos produtos em aspectos ambientais, de qualidade, produtividade, saúde e segurança.

Para uma atuação mais eficiente, a área de P&D&I mantém parcerias com fornecedores de equipamentos e insumos, além de contar com o apoio de institutos de pesquisa e universidades no Brasil e exterior.

GESTÃO DE PESSOAS

Na Klabin, as diretrizes estratégicas são o ponto de partida para a definição de perfis de competência, planos de desenvolvimento e remuneração, para que o desempenho profissional esteja alinhado aos objetivos empresariais. Desenvolvimento e Educação Corporativa são temas cruciais para a empresa e, por isso, contam com a participação ativa de áreas estratégicas na gestão organizacional e de pessoas. O fortalecimento de uma cultura de evolução dos talentos é hoje um dos pilares de construção da Klabin extraordinária, com o intuito de alavancar a entrega de resultados superiores e viabilizar o crescimento sustentável do valor da empresa. O enfoque integrado de gestão e desenvolvimento de pessoas e da organização levou a Klabin a ampliar os investimentos e aprimorar processos e ferramentas neste quesito nos últimos anos, com destaque para o trabalho realizado em 2013 e

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais)

Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
ATIVO										
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.030.951	2.401.822	5.245.833	2.729.872	14	1.452.240	1.126.153	1.479.788	1.124.976
Títulos e valores mobiliários	5	497.604	249.511	497.604	249.511	15	275.201	-	275.201	-
Contas a receber:						16	429.003	342.126	438.864	345.384
Contas a receber de clientes	6	1.005.569	981.039	1.193.921	1.192.452		46.653	37.899	55.137	43.298
Provisão para créditos de líquida duvidosa	6	(45.177)	(47.153)	(45.245)	(47.298)	10	-	16.860	-	18.209
Partes relacionadas	7	431.656	373.637	-	-		137.650	125.415	139.879	127.356
Estoque	8	496.736	457.636	563.709	495.852	7	11.037	52.912	3.567	3.437
Tributos a recuperar	9	323.529	113.687	331.968	120.050	17	50.400	50.400	50.400	50.400
Despesas antecipadas - partes relacionadas	7	2.613	5.297	2.613	5.297		66.246	48.082	76.037	66.453
Despesas antecipadas - terceiros		24.625	22.490	25.207	22.570		2.468.430	1.799.847	2.518.873	1.779.513
Outros ativos		82.598	56.972	84.066	57.842					
Total do Ativo Circulante		6.850.704	4.614.938	7.899.676	4.826.148					
Não Circulante										
Realizável a longo prazo						14	7.366.116	5.842.135	8.160.320	5.838.621
Partes relacionadas	7	844	1.526	-	-	15	1.070.263	-	1.070.263	-
Depósitos judiciais	17	83.257	89.537	84.689	90.969	10	1.485.248	1.045.201	1.699.823	1.220.187
Tributos a recuperar	9	428.884	123.684	428.884	123.684	17	80.642	95.904	80.642	95.905
Outros ativos		230.684	167.001	236.050	171.322		-	-	131.526	125.767
Investimentos:		743.669	381.748	749.623	385.975	17	384.607	393.492	384.607	393.492
Participações em controladas	11	1.243.659	1.134.094	483.205	455.039		68.975	72.797	69.477	73.344
Outros		11.542	11.542	11.542	11.542		10.455.851	7.449.529	11.596.658	7.747.316
Imobilizado	12	8.111.467	5.670.990	8.351.387	5.909.507		12.924.281	9.249.376	14.115.531	9.526.829
Ativos biológicos	13	3.010.395	2.819.598	3.667.085	3.321.985					
Intangíveis		11.169	9.133	11.337	9.300					
Total do Ativo Não Circulante		13.131.901	10.027.105	13.274.179	10.093.348					
Total do Ativo		19.982.605	14.642.043	21.173.855	14.919.496					

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto o lucro básico/diluído por ação)

Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receita líquida de vendas	19	4.837.835	4.489.717	4.893.882
Varição do valor justo dos ativos biológicos	13	788.317	309.474	924.104
Custo dos produtos vendidos	20	(3.577.543)	(3.174.847)	(3.573.609)
Lucro bruto		2.048.609	1.624.344	2.244.377
Despesas/receitas operacionais				
Vendas	20	(356.795)	(331.518)	(379.726)
Gerais e administrativas	20	(289.858)	(273.267)	(298.350)
Outras, líquidas	20	80.440	10.289	84.785
Resultado de equivalência patrimonial	11	(566.213)	(594.496)	(593.291)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos		148.775	90.440	48.649
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos		1.631.171	1.020.288	1.699.735
Resultado financeiro	21	(630.498)	(751.637)	(646.112)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro		1.000.673	368.651	1.053.623
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	10	167.544	(231.083)	154.171
Diferido	10	(437.887)	152.529	(477.464)
Lucro líquido do exercício		(270.343)	(78.554)	(323.293)
Lucro básico/diluído por ação ON - R\$	23	730.330	290.097	730.330
Lucro básico/diluído por ação PN - R\$	23	0,1389	0,0614	0,1389
	23	0,1389	0,0676	0,1389

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais)

	Controladora	Consolidado
	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido do exercício	730.330	290.097
Outros resultados abrangentes:		
Ajustes de conversão para moeda estrangeira (i)	(4.635)	(6.871)
Atualização do passivo atuarial (ii)	4.948	(9.791)
Resultado abrangente total do exercício, líquido de impostos	730.643	273.435
(i) Efeitos que podem futuramente impactar o resultado.		
(ii) Efeitos que nunca impactarão o resultado.		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado											
	Capital social	Reservas de capital	Reserva de reavaliação de ativos próprios	Legal	Incentivos fiscais	De ativos biológicos	Dividendos propostos	Reservas de lucros investimentos e capital de giro	Ajustes de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2012	2.271.500	1.423	49.980	47.381	-	1.578.337	76.002	468.495	1.081.379	(153.576)	-	5.420.921
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.662)	-	290.097	290.097
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.662)	-	290.097	(16.662)
Resultado abrangente total do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	290.097	273.435
Reserva de reavaliação realizada	-	-	(711)	-	-	-	-	-	-	-	711	-
Dividendos complementares 2012 - aprovados AGO	-	-	-	-	-	(76.002)	(67)	-	-	(8.821)	-	(76.069)
Aquisição de ações para tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.821)
Plano de Outorga de Ações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienação de ações em tesouraria	-	2.996	-	-	-	-	-	-	-	1.900	-	4.896
Concessão de outorga de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.590)	2.590	-	-
Reconhecimento da remuneração do plano de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	3.310	-	-	3.310
Destinação do lucro do exercício:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	14.505	-	-	-	-	-	-	(14.505)	-
Realização de reserva de ativos biológicos (próprios)	-	-	-	-	-	(290.029)	-	-	-	-	290.029	-
Constituição de reserva de ativos biológicos (próprios)	-	-	-	-	-	204.253	-	-	-	-	(204.253)	-
Constituição de reserva de ativos biológicos (controladas) (*)	-	-	-	-	-	3.500	-	-	-	-	(3.500)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	5.583	-	-	-	-	-	(5.583)	-
Dividendos antecipados do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(225.005)	(225.005)
Dividendos complementares exercício 2013 - propostos	-	-	-	-	-	-	90.006	-	-	-	(90.006)	-
Constituição de reserva de investimento e capital de giro	-	-	-	-	-	-	-	37.985	-	-	(37.985)	-
Em 31 de dezembro de 2013	2.271.500	4.419	49.269	61.886	5.583	1.496.061	90.006	506.413	1.065.437	(157.907)	-	5.392.667
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	313	-	730.330	730.330
Outros resultados abrangentes do período	-	-	-	-	-	-	-	-	313	-	313	313
Resultado abrangente total do período	-	-	-	-	-	-	-	-	313	-	730.330	730.643
Reserva de reavaliação realizada	-	-	(502)	-	-	-	-	-	-	-	502	-
Dividendos complementares 2013 - aprovados AGO	-	-	-	-	-	(90.006)	(90)	-	-	(5.822)	-	(90.096)
Aquisição de ações para tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.822)
Emissão de debêntures conversíveis em ações	-	1.288.543	-	-	-	-	-	-	-	-	(26.517)	1.288.543
Participação lucros de debêntures mandatárias conversíveis em ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(26.517)	(26.517)
Plano de Outorga de Ações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienação de ações em tesouraria	-	2.957	-	-	-	-	-	-	-	2.434	-	5.391
Concessão de outorga de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.684)	3.684	-	-
Reconhecimento da remuneração do plano de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	5.472	-	-	5.472
Destinação do lucro do exercício:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	36.517	-	-	-	-	-	-	(36.517)	-
Realização de reserva de ativos biológicos (próprios)	-	-	-	-	-	(389.783)	-	-	-	-	389.783	-
Realização de custo atribuído de terras (próprios)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.092)	-	2.092	-
Constituição de reserva de ativos biológicos (próprios)	-	-	-	-	-	520.289	-	-	-	-	(520.289)	-
Constituição de reserva de ativos biológicos (controladas) (*)	-	-	-	-	-	102.950	-	-	-	-	(102.950)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	2.027	-	-	-	-	-	(2.027)	-
Dividendos antecipados do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(241.957)	(241.957)
Dividendos complementares exercício 2014 - propostos	-	-	-	-	-	-	102.000	-	-	-	(102.000)	-
Constituição de reserva de investimento e capital de giro	-	-	-	-	-	-	-	90.450	-	-	(90.450)	-
Em 31 de dezembro de 2014	2.271.500	1.295.919	48.767	98.403	7.610	1.729.517	102.000	596.773	1.065.446	(157.611)	-	7.058.324

(*) O efeito é líquido entre a constituição, reversão ou realização dos saldos contidos no resultado de equivalência patrimonial.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado		Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Caixa líquido de atividades operacionais	1.192.275	929.137	1.555.391	1.032.322		226.315	65.522	232.918	64.262
Caixa gerado nas operações	1.945.480	1.030.631	2.208.713	1.064.600		(8.106)	(52.713)	(6.370)	(49.975)
Lucro líquido do exercício	73								

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Klabin S.A. ("Companhia") e suas controladas atuam em segmentos da indústria de papel para atendimento aos mercados interno e externo: fornecimento de madeira, papéis de embalagem, sacos de papel e caixas de papelão ondulado. Suas atividades são plenamente integradas desde o florestamento até a fabricação dos produtos finais. A Klabin é uma sociedade anônima de capital aberto com ações e certificados de depósitos de ações ("Units") negociados na Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBOVESPA. A Companhia está domiciliada no Brasil e sua sede está localizada em São Paulo.

A Companhia controladora (Klabin S.A.) também possui investimentos em Sociedades em Conta de Participação (SCPs), com o propósito específico de captar recursos financeiros de terceiros para projetos de reflorestamento. A Companhia, na qualidade de sócia ostensiva, tem contribuído com ativos florestais, basicamente florestas e terras, através da concessão de direito de uso e os demais sócios investidores contribuído em espécie para as referidas SCPs. Essas SCPs asseguram à Klabin S.A. o direito de preferência para aquisição de produtos florestais a preços e condições de mercado.

A Companhia também tem participação em outras sociedades (notas explicativas 3 e 11), cujas atividades operacionais estão relacionadas aos seus próprios objetivos de negócio.

As referidas demonstrações financeiras foram aprovadas para divulgação pelo Conselho de Administração no dia 10 de fevereiro de 2015.

1.1. Aprovação do Projeto de Celulose ("Projeto Puma")

O Conselho de Administração deliberou em 21 de outubro de 2013 dar prosseguimento no processo de capitalização da Companhia para viabilizar a construção da nova planta industrial de celulose na cidade de Ortigueira (PR), com capacidade de 1,5 milhão de toneladas/ano, aprovado pela Administração em 11 de junho de 2013.

O custo estimado do projeto é da ordem de R\$ 5,8 bilhões. Adicionalmente serão desembolsados R\$ 0,8 bilhão em impostos recuperáveis sobre máquinas e equipamentos e R\$ 0,6 bilhão em obras de infraestruturas, também recuperáveis por créditos de ICMS, conforme acordo com o Governo do Estado do Paraná.

Os recursos para o projeto foram obtidos por meio da emissão de ações e títulos nelas conversíveis, após as devidas aprovações pelos órgãos competentes e o restante do saldo está sendo custeado por meio da captação de financiamentos junto ao BNDES e agências multinacionais de importação.

Adicionalmente com a proposta aprovada para o projeto, a Companhia passou a integrar o segmento especial de listagem Nível 2 da BM&FBOVESPA e com "tag along" de 100% aos acionistas ordinários não controladores e preferencialistas.

1.2. Criação da Sociedade em Conta de Participação Monte Alegre

Em 18 de setembro de 2013, a Companhia constituiu uma nova Sociedade em Conta de Participação, denominada Monte Alegre, com o propósito específico de captar recursos financeiros de terceiros para projetos de reflorestamento.

Para constituição da nova sociedade, a Companhia, na qualidade de sócia ostensiva, aportou R\$ 122 milhões em ativos florestais e o direito de uso de terras, enquanto sócios investidores aportaram R\$ 50 milhões em caixa na sociedade. A sociedade assegura à Klabin S.A. o direito de preferência para aquisição de produtos florestais a preços e condições de mercado.

1.3. Incorporação das controladas Centaurus Holdings S.A. e Klabin Celulose S.A.

Em 27 de dezembro de 2013, em Assembleia Geral Extraordinária realizada, foi aprovada a incorporação a valor contábil das controladas Centaurus Holdings S.A. ("Centaurus") e Klabin Celulose S.A. ("Klabin Celulose"), sem aumento do capital social subscrito. As respectivas controladas eram subsidiárias integrais da Companhia.

O patrimônio líquido da Centaurus na data da incorporação correspondia a R\$ 151 milhões, formado substancialmente pelos ativos florestais (terras e florestas) mantidos pela controlada, enquanto o patrimônio líquido da Klabin Celulose correspondia a R\$ 215 mil, ambos incorporados ao balanço patrimonial individual da Companhia.

A referida reestruturação societária teve como objetivo o alinhamento da estrutura da Companhia a sua estratégia.

1.4. Reestruturação societária

Em 7 de janeiro de 2014 a Companhia publicou ao mercado em Fato Relevante a eficácia das deliberações aprovadas pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de novembro de 2013, correspondentes a:

Listagem no Nível 2 da BM&FBOVESPA

A Companhia passa a aderir ao segmento especial de listagem Nível 2 da BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, com ações da Companhia passando a ser escriturais e negociadas desta forma a partir de 9 de janeiro de 2014.

Emissão de novas ações

Com a reestruturação societária dos acionistas controladores Klabin Irmãos & Cia. ("KIC") e Niblak Participações ("Niblak"), foram emitidas 28.274.611 novas ações ordinárias da Companhia e cedidas aos acionistas controladores.

Após a referida emissão de novas ações, o capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado passaram a corresponder a 945.957.907 ações, sendo 345.102.174 ações nominativas ordinárias - ON e 600.855.733 ações nominativas preferenciais - PN. As movimentações acionárias mencionadas ocorreram antes do desdobramento de ações ocorrido em 20 de março de 2014.

Alteração do Estatuto Social

Foram aprovadas revisões e adequações do Estatuto Social por conta dos itens supra mencionados, além da mudança do capital autorizado passando para 1.120.000.000 de ações, eliminação do dividendo adicional de 10% aos acionistas preferencialistas e concessão de direito de voto aos mesmos, conforme aprovado na Assembleia Especial de Preferencialistas realizada em 29 de novembro de 2013.

Certificados de Depósitos de Ações ("Units")

A Companhia implementou o programa de emissão de certificados de depósitos de ações ("Units"), sendo este composto por 1 (uma) ação ordinária - ON e 4 (quatro) ações preferenciais - PN. O início das negociações de "Units" ocorreu em 10 de janeiro de 2014. Durante o primeiro trimestre de 2014, foram abertas três janelas de conversão, que resultaram na conversão de 598 milhões de "Units". No período de 24 a 29 de abril, a Companhia abriu nova janela de conversão que possibilitou na formação de mais 14 milhões de "Units". Durante o terceiro trimestre de 2014, as movimentações de ações resultaram na formação de mais 2 milhões de "Units", sendo aberto ainda em novembro de 2014 nova janela de conversão, com o objetivo de permitir a conversão das ações do Programa de American Depositary Receipt ("ADR") em "Units", totalizando assim 689 milhões de "Units" em todo o programa. A Companhia possui a seguinte composição acionária (em milhões de ações) em 31 de dezembro de 2014:

	Dentro de "Units"	Fora de "Units"	Total
Ordinárias - ON	689	1.160	1.849
Preferenciais - PN	2.756	125	2.881
	3.445	1.285	4.730

1.5. Desdobramento de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas realizada em 20 de março de 2014, foi aprovado o desdobramento das ações de emissão da Companhia, à razão de 1 (uma) ação atualmente existente em 5 (cinco) ações de mesma classe e espécie.

Dessa forma, em 20 de março de 2014 o capital social da Companhia era representado por 4.729.789.535 ações, sendo 1.684.897.850 ações ordinárias nominativas - ON e 3.044.891.685 ações preferenciais nominativas - PN.

O estatuto social da Companhia foi alterado refletindo as alterações na quantidade de ações, bem como o limite de capital passado para 5.600.000.000 ações.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de apresentação das demonstrações financeiras

A Companhia apresenta as demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS - *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* e práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, plenamente convergentes ao IFRS, e normas estabelecidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

As demonstrações financeiras individuais da "Controladora" foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS, emitidas pelo IASB. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

2.2. Sumário das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas estão definidas abaixo e foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

a) Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), sendo essa a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas, exceto da controlada Klabin Argentina (nota explicativa 3) que tem como moeda funcional o Peso Argentino (AS) e a Klabin Finance (nota explicativa 3) que tem como moeda funcional o dólar americano (USD).

(i) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no fechamento do período são reconhecidos na demonstração do resultado da Companhia.

(ii) Controladas no exterior

As controladas no exterior com características de filial têm a mesma moeda funcional da Companhia. A controlada que tem moeda funcional diferente à da Companhia, tem suas diferenças cambiais resultantes da conversão de suas demonstrações financeiras contabilizadas separadamente em conta do patrimônio líquido, denominada "ajustes de avaliação patrimonial" (resultado abrangente). No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido referente a essa controlada no exterior é reconhecido na demonstração do resultado.

Os ativos e passivos dessa controlada no exterior são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço. As receitas e despesas são convertidas pelas taxas de câmbio das datas das operações.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, as quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: 1) ativos financeiros: (i) mensurados pelo valor justo no resultado, (ii) empréstimos e recebíveis e (iii) disponíveis para venda; 2) passivos financeiros: (i) mensurados a valor justo no resultado e (ii) outros passivos financeiros.

(i) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários possuem característica de disponíveis para venda e estão registrados acrescidos dos rendimentos financeiros (resultado), correspondentes ao seu valor justo.

(ii) Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos corresponde ao valor dos recursos captados, acrescidos dos juros e encargos proporcionais ao período incorrido, deduzidos das parcelas amortizadas. Se aplicável, os saldos de empréstimos e financiamentos contemplam a variação cambial reconhecida sobre o passivo.

(iii) Debêntures

O saldo de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações, definidas como instrumentos financeiros híbridos (compostos) por conta de sua natureza, sendo segregada na sua emissão em componentes de dívida e patrimônio líquido, representados no passivo os valores dos juros que serão pagos aos debenturistas até a data de conversão, mensurados a valor presente, sendo acrescidos de variação monetária reconhecida sobre o passivo, quando aplicável.

As debêntures que não são mandatoriamente conversíveis são representadas no passivo pelo valor correspondente ao montante dos recursos captados, acrescidos dos juros e encargos proporcionais ao período incorrido, deduzidos das parcelas amortizadas e juros pagos.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

d) Contas a receber de clientes

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD") é constituída com base em análise individual dos valores a receber e em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de sua realização.

e) Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis, e valor justo dos ativos biológicos na data do corte, sendo inferior aos valores de realização líquidos dos custos de venda. Os estoques de produtos acabados são valorizados pelo custo das matérias-primas processadas, mão de obra direta e outros custos de produção. Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em casos de desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico. Adicionalmente, em decorrência da natureza dos produtos da Companhia, adicionalmente, em casos de obsolescência de produtos acabados, os mesmos podem ser reciclados, para reutilização na produção.

f) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia calcula o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), corrente e diferido com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% para contribuição social, sobre o lucro líquido auferido. Os saldos são reconhecidos no resultado da Companhia pelo regime de competência.

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados nos balanços pelos montantes líquidos no ativo ou no passivo não circulante.

As controladas têm os seus tributos calculados e provisionados de acordo com a legislação de seu país e/ou seu regime tributário específico, incluindo, em alguns casos, lucro presumido. A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente do período é apresentada nos balanços patrimoniais líquida dos adiantamentos de imposto pagos durante o período.

g) Investimentos

São representados por investimentos em empresas controladas e empresas com controle compartilhado, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, em decorrência da participação da Companhia nestas empresas. As demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as mesmas adotadas pela Companhia. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e as controladas e controladas em conjunto, são eliminados para fins de equivalência patrimonial, no balanço individual, e para fins de consolidação.

A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas controladas e controladas em conjunto sofreu perda por desvalorização. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por desvalorização e reconhece o montante na demonstração do resultado.

A variação cambial sobre o investimento em entidades controladas no exterior reconhecida no "Resultado Abrangente" é classificada como ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido e realizado mediante a realização do investimento a que se refere.

Nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, a participação de sócios investidores nas Sociedades em Conta de Participação (notas explicativas 3 e 11) é apresentada no balanço patrimonial no passivo, sob a rubrica de "Outras contas a pagar - investidores SCPs", por tratar-se de passivos financeiros e não instrumentos patrimoniais, conforme CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação.

A Administração da Companhia qualifica as Sociedades em Conta de Participação, como entidades de vida própria com característica de subsidiárias, as quais são registradas nas demonstrações financeiras individuais da Companhia pela avaliação de investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial.

h) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Companhia na adoção inicial do IFRS, foram avaliados a valor justo (*deemed cost*) os custos da classe de imobilizado de terras, com base na adoção do custo atribuído aos ativos desta classe.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na nota explicativa 12.

Os gastos com manutenção dos ativos da Companhia são alocados diretamente ao resultado do período conforme são efetivamente realizados. Encargos financeiros são capitalizados ao ativo imobilizado, quando incorridos sobre imobilizações em andamento, se aplicáveis.

i) Redução do valor recuperável de ativos ("impairment")

O saldo de imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos.

O valor recuperável corresponde ao maior valor entre o valor líquido de venda e o valor em uso de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa, sendo determinado individualmente para cada ativo, a menos que o ativo não gere entradas de fluxo de caixa que sejam independentes daqueles de outros ativos ou grupos de ativos. Na estimativa do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita as avaliações de mercado atuais do valor temporal do dinheiro e riscos específicos inerentes ao ativo.

Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do período pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

j) Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem a florestas de eucalipto e pinus, as quais são destinadas para produção de papéis para embalagem, sacos de papel e caixas e chapas de papelão ondulado, além de venda para terceiros. O processo de colheita e replantio tem um ciclo aproximado de 7 - 14 anos, variável com base na cultura e material genético a que se refere. Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita.

As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa 13.

A avaliação dos ativos biológicos é feita trimestralmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado do período em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado, denominada "Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos". O valor da exaustão dos ativos biológicos é mensurado pela quantidade de madeira cortada, avaliada por seu valor justo.

k) Ativos e passivos não circulantes

Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações vencíveis após doze meses subsequentes à data base das referidas demonstrações financeiras, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, se aplicável, até a data do balanço.

l) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, caso aplicável.

m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados ou expectativa de eventos futuros, sendo provável a saída de recursos para liquidar determinada obrigação, mensurada com base numa estimativa confiável do valor provisionado.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são descontadas utilizando uma taxa de desconto, que reflita, quando for o caso, os riscos específicos inerentes à obrigação.

Dentre as provisões levantadas pela Companhia, se encontram as provisões para riscos fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis, as quais são provisionadas quando os processos judiciais são avaliados como perda provável, pelos assessores jurídicos e pela Administração da Companhia. Essa avaliação é efetuada considerando a natureza dos processos em questão, similaridades com causas julgadas anteriormente e andamento do julgamento das causas.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, este ativo é reconhecido somente quando sua realização for considerada líquida e certa, sem haver a constituição de ativos sob cenários de incerteza.

n) Receita de vendas

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, descontos e abatimentos concedidos, sendo reconhecida quando todos os riscos e benefícios relevantes inerentes ao produto são transferidos ao comprador, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e fruirão para a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto e quando possa ser medida de forma confiável, medida com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

o) Benefícios a empregados e plano de previdência privada

A Companhia concede aos empregados benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, participação nos lucros e outros benefícios, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados ao término do vínculo empregatício com a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia concedeu plano de previdência privada e assistência médica a ex-funcionários aposentados até 2001. Para esses benefícios faz-se o reconhecimento do passivo e do resultado mensurados com base na avaliação atuarial, preparado por perito independente. Os ganhos e perdas auferidos na avaliação atuarial dos benefícios gerados por alterações nas premissas são contabilizados no patrimônio líquido em conta denominada "ajustes de avaliação patrimonial" (resultado abrangente), conforme requerido pelo CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

p) Plano de outorga de ações

O plano de outorga de ações oferecido pela Companhia é mensurado pelo valor justo na data da outorga e sua despesa é reconhecida no resultado durante o período no qual o direito de outorga é adquirido contra o patrimônio líquido no grupo de "ajustes de avaliação patrimonial".

q) Subvenção governamental

As subvenções governamentais cedidas para a Companhia são reconhecidas na medida em que as condições relacionadas a obtenção da subvenção são cumpridas. No caso de subvenções recebidas para compensação de despesas, as mesmas são reconhecidas como redução das despesas que se pretende compensar.

No caso de subvenções governamentais para investimentos em ativos, os benefícios são registrados no balanço na forma que foram cedidos pelo órgão governamental, podendo ser registrado no passivo como receita diferida, reconhecido como receita na base sistemática durante a vida útil do ativo adquirido, ou deduzido do ativo relacionado com a subvenção, sendo reconhecido como receita por meio de crédito à depreciação registrada como despesa no resultado.

No caso de haver dependência de não-distribuição aos sócios dos benefícios recebidos na forma de subvenção governamental, os respectivos valores são reclassificados a partir da destinação do resultado do exercício para conta específica de "Reserva de Incentivos Fiscais" no patrimônio líquido.

r) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração é elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas demonstrações financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações financeiras incluem várias estimativas, tais como, mas não se limitando, a realização dos créditos tributários diferidos, avaliação do valor justo dos ativos biológicos, provisões para riscos fiscais, previdenciários, cíveis e trabalhistas e ajuste a valor presente de saldos.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes, podendo a Companhia estar exposta a perdas que podem ser materiais.

s) Demonstração do valor adicionado ("DVA")

A legislação societária brasileira requer para empresas de capital aberto a apresentação da demonstração do valor adicionado como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os períodos apresentados.

O IFRS não requer a apresentação dessa demonstração. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.3. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações adotados

As seguintes normas e alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, sendo os principais impactos descritos abaixo. Outras alterações e interpretações entraram em vigor no mesmo período, porém não são relevantes para a Companhia.

(i) Alteração do CPC 39/IAS32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação

A alteração esclarece que o direito de compensação de ativos e passivos financeiros não deve ser contingente em evento futuro, além de ser legalmente aplicável para todas as contrapartes no curso normal dos negócios. A alteração também considera quais são os mecanismos de liquidação.

(ii) OCP 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-financeiros de Propósito Geral

A orientação trata dos aspectos quantitativos e qualitativos das divulgações em notas explicativas, reforçando as exigências já existentes nas normas contábeis e ressaltando que somente as informações relevantes para os usuários das demonstrações financeiras devem ser divulgadas.

(iii) Revisão CPC 07 - Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Separadas

A revisão altera a redação do CPC 35 - Demonstrações Separadas, para incorporar as modificações do IASB no IAS 27 - *Separate Financial Statements*, passando a permitir a adoção do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas (controladora), alinhando dessa forma as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade (IFRS). A alteração do IAS 27 está sendo adotada antecipadamente em 2014.

2.4. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

Foram aprovados e emitidos até a divulgação das referidas demonstrações financeiras novos pronunciamentos técnicos, alterações e interpretações pelo IASB, das quais ainda não estão em vigência e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

Segue abaixo a revisão de pronunciamentos emitida:

(i) IAS 41 - Agricultura (equivalente ao CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola)

Essa norma atualmente requer que ativos biológicos relacionados com atividades agrícolas sejam mensurados ao valor justo menos o custo para venda. Ao revisar a norma, o IASB decidiu que as chamadas plantas de produção (*bearer plants*) devem ser contabilizadas tal como um ativo imobilizado (IAS 16/CPC 27), ou seja, o custo menos depreciação ou *impairment*. *Bearer plants* são definidas como aquelas usadas para produzir frutos por vários anos, mas a planta em si, depois de madura, não sofre transformações relevantes. O seu único benefício econômico futuro vem da produção agrícola que ela gera.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Como exemplo, temos os pés de maçã, laranja e, as videiras. No caso de plantas onde as raízes são mantidas no solo para uma segunda colheita ou corte e no final a raiz em si não é vendida, a sua raiz atende a definição de *bearer plant*, o que se aplica para a florestas que têm previsão de mais de um corte em sua gestão. As florestas da Companhia são colhidas e replantadas e, portanto, não há um segundo corte. Sendo assim, a Administração concluiu que a adoção dessa revisão de norma não tem impacto na atual prática contábil, tampouco no cálculo do valor justo de suas florestas. A norma é válida a partir de 1º de janeiro de 2016.

(ii) IFRS 15 - Receita de contratos com clientes

Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 2017 e substitui a IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Receitas e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

(iii) IFRS 9 - Instrumentos financeiros

Essa nova norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Essa norma entra em vigor a partir de 2015, mas vem sendo revisada desde a sua emissão. A Administração ainda não concluiu a avaliação dos impactos de sua adoção.

É bom ressaltar que essas revisões e novas normas ainda não foram objeto de emissão pelo CPC das equivalentes normas novas ou revisadas nas práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo o processo de homologação pelos reguladores competentes. Em geral, as adoções antecipadas de normas novas ou revisadas e interpretações, embora encorajadas pelo IASB, não estão permitidas ou não estão disponíveis nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Portanto, essas normas novas e/ou revisadas não estão contempladas nessas demonstrações financeiras da Companhia.

3. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição do controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixar de existir, exceto as controladas que possuem controle compartilhado (*joint venture*) com outras entidades, as quais são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas consolidadas.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as políticas adotadas pela controladora. Para a consolidação, os seguintes critérios são adotados: (i) eliminação dos investimentos em empresas controladas, bem como os resultados das equivalências patrimoniais e (ii) os lucros provenientes de operações realizadas entre as empresas consolidadas, assim como os correspondentes saldos de ativos e passivos são igualmente eliminados. As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as da Klabin S.A. e as de suas controladas em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, como seguem:

País Sede	Atividade	Participação	Participação - %		
			31/12/2014	31/12/2013	
Empresas controladas:					
Klabin Argentina S.A.	Argentina	Sacos industriais	Direta/Indireta	100	100
Klabin Ltd.	Cayman Islands	Participação em outras companhias	Direta	100	100
.Klabin Trade	Inglaterra	Comercialização de produtos próprios no mercado externo	Indireta	100	100
Klabin Forest Products Company	Estados Unidos	Comercialização de produtos próprios no mercado externo	Direta	100	100
IKAPÉ Empreendimentos Ltda.	Brasil	Hotelaria	Direta	100	100
Klabin do Paraná Produtos Florestais Ltda.	Brasil	Fabricação de produtos fitoterápicos	Direta	100	100
Klabin Florestal Ltda.	Brasil	Plantio de florestas	Direta	100	100
Klabin Finance S.A.	Luxemburgo	Financeira	Direta	100	100
Sociedades em Conta de Participação:					
Correia Pinto	Brasil	Reflorestamento	Direta	90	91
CG Forest	Brasil	Reflorestamento	Direta	73	67
Monte Alegre (i)	Brasil	Reflorestamento	Direta	70	65
Empresas com controle compartilhado (não consolidadas):					
Florestal Vale do Corisco S.A.	Brasil	Reflorestamento	Direta	51	51

(i) Nova controlada constituída, conforme informações na nota explicativa 1.

Investimento em entidades controladas em conjunto (*joint ventures*)

O investimento na Florestal Vale do Corisco S.A., considerando suas características, está classificado como entidade controlada em conjunto (*joint venture*) e está registrada pelo método da equivalência patrimonial.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Companhia seguindo suas políticas de aplicações de recursos tem mantido suas aplicações financeiras em investimentos de baixo risco, mantidos em instituições financeiras nas quais a Administração entende que sejam de primeira linha tanto no Brasil como no exterior, de acordo com o *rating* divulgado pelas agências de classificação de risco e sem risco significante de modificação de valor. A Administração tem considerado esses ativos financeiros como equivalentes de caixa devido à sua liquidez imediata junto às instituições financeiras, com risco insignificante de mudança de valor.

7. PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e transações com partes relacionadas

Tipo de relação	Klabin		Klabin Finance (vi)	Sociedade Conta de Participação Correia Pinto (ii) e (v) Controlada	Monteiro Aranha S.A. Acionista	Klabin Irmãos & Cia. (iii), (iv) e (viii) Acionista	BNDES (vi)	Outras (vii) e (viii)	Total	Total
	(i) e (vi) Controlada	(i) Controlada								
Saldos										
Ativo circulante	418.223	4.184		1.326		2.613		7.923	434.269	378.934
Ativo não circulante	134							710	844	1.526
Passivo circulante	8.627		1.551	1.508	535	2.612	576.594	420	591.847	476.212
Passivo não circulante	2.656		531.240				1.578.085		2.111.981	1.325.543
Transações										
Receita de vendas	687.093	3.702		4.968				29.633	725.396	819.493
Compras				(21.179)					(21.179)	(33.554)
Despesa de juros sobre financiamento	(771)		(6.241)				(115.679)		(122.691)	(109.581)
Despesa Comissão de aval						(13.580)			(13.580)	(14,420)
Despesa de <i>royalties</i>					(6.147)	(30.002)		(4.824)	(40.973)	(38.095)

- (i) Saldo a receber de operações de vendas de produtos realizadas a preços e prazos nas condições estabelecidas entre as partes;
(ii) Compra de madeira realizada a preços e prazos nas condições usuais de mercado;
(iii) Licenciamento de uso de marca;
(iv) Despesa antecipada sobre comissão de aval, calculado sobre o saldo de financiamentos do BNDES de 1% ao semestre;
(v) Fornecimento de mudas, sementes e serviços a preços e prazos nas condições usuais de mercado;
(vi) Captação de financiamento nas condições usuais de mercado;
(vii) Adiantamento para futura subscrição de capital;
(viii) Outras.

b) Remuneração e benefícios da Administração

A remuneração da Administração é fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Dessa forma, foi proposto na AGO realizada em 20 de março de 2014 o montante global da remuneração anual da Administração e do Conselho fiscal, fixada em até R\$ 35.800 para o exercício de 2014. A remuneração aprovada para o exercício de 2013 correspondia a R\$ 34.200.

O quadro abaixo demonstra a remuneração da Administração e do Conselho fiscal:

Tipo de relação	Consolidado					
	31/12/2014	31/12/2013	Total			
Monteiro Aranha S.A. Acionista	(i)	(ii), (iii) e (iv)	BNDES (iii)	Outras (iv)	Total	Total
Ativo circulante		2.613			2.613	5.297
Passivo circulante	535	2.612	576.594	420	580.161	425.508
Passivo não circulante			1.578.085		1.578.085	1.322.029
Transações						
Despesa de juros sobre financiamento			(115.679)		(115.679)	(109.121)
Comissão de aval - despesa		(13.580)			(13.580)	(14.420)
Despesa de <i>royalties</i>	(6.147)	(30.002)		(4.824)	(40.973)	(38.095)

- (i) Licenciamento de uso de marca;
(ii) Despesa antecipada sobre comissão de aval, calculado sobre o saldo de financiamentos do BNDES de 1% ao semestre;
(iii) Captação de financiamento nas condições usuais de mercado;
(iv) Outras.

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

A remuneração da Administração é fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Dessa forma, foi proposto na AGO realizada em 20 de março de 2014 o montante global da remuneração anual da Administração e do Conselho fiscal, fixada em até R\$ 35.800 para o exercício de 2014. A remuneração aprovada para o exercício de 2013 correspondia a R\$ 34.200.

O quadro abaixo demonstra a remuneração da Administração e do Conselho fiscal:

Tipo de relação	Consolidado					
	31/12/2014	31/12/2013	Total			
Monteiro Aranha S.A. Acionista	(i)	(ii), (iii) e (iv)	BNDES (iii)	Outras (iv)	Total	Total
Ativo circulante		2.613			2.613	5.297
Passivo circulante	535	2.612	576.594	420	580.161	425.508
Passivo não circulante			1.578.085		1.578.085	1.322.029
Transações						
Despesa de juros sobre financiamento			(115.679)		(115.679)	(109.121)
Comissão de aval - despesa		(13.580)			(13.580)	(14.420)
Despesa de <i>royalties</i>	(6.147)	(30.002)		(4.824)	(40.973)	(38.095)

A remuneração da Administração é fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Dessa forma, foi proposto na AGO realizada em 20 de março de 2014 o montante global da remuneração anual da Administração e do Conselho fiscal, fixada em até R\$ 35.800 para o exercício de 2014. A remuneração aprovada para o exercício de 2013 correspondia a R\$ 34.200.

O quadro abaixo demonstra a remuneração da Administração e do Conselho fiscal:

Tipo de relação	Consolidado					
	31/12/2014	31/12/2013	Total			
Monteiro Aranha S.A. Acionista	(i)	(ii), (iii) e (iv)	BNDES (iii)	Outras (iv)	Total	Total
Ativo circulante		2.613			2.613	5.297
Passivo circulante	535	2.612	576.594	420	580.161	425.508
Passivo não circulante			1.578.085		1.578.085	1.322.029
Transações						
Despesa de juros sobre financiamento			(115.679)		(115.679)	(109.121)
Comissão de aval - despesa		(13.580)			(13.580)	(14.420)
Despesa de <i>royalties</i>	(6.147)	(30.002)		(4.824)	(40.973)	(38.095)

A remuneração da Administração é fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Dessa forma, foi proposto na AGO realizada em 20 de março de 2014 o montante global da remuneração anual da Administração e do Conselho fiscal, fixada em até R\$ 35.800 para o exercício de 2014. A remuneração aprovada para o exercício de 2013 correspondia a R\$ 34.200.

O quadro abaixo demonstra a remuneração da Administração e do Conselho fiscal:

A remuneração da Administração é fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Dessa forma, foi proposto na AGO realizada em 20 de março de 2014 o montante global da remuneração anual da Administração e do Conselho fiscal, fixada em até R\$ 35.800 para o exercício de 2014. A remuneração aprovada para o exercício de 2013 correspondia a R\$ 34.200.

O quadro abaixo demonstra a remuneração da Administração e do Conselho fiscal:

A remuneração da Administração é fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Dessa forma, foi proposto na AGO realizada em 20 de março de 2014 o montante global da remuneração anual da Administração e do Conselho fiscal, fixada em até R\$ 35.800 para o exercício de 2014. A remuneração aprovada para o exercício de 2013 correspondia a R\$ 34.200.

O quadro abaixo demonstra a remuneração da Administração e do Conselho fiscal:

A remuneração da Administração é fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Dessa forma, foi proposto na AGO realizada em 20 de março de 2014 o montante global da remuneração anual da Administração e do Conselho fiscal, fixada em até R\$ 35.800 para o exercício de 2014. A remuneração aprovada para o exercício de 2013 correspondia a R\$ 34.200.

O quadro abaixo demonstra a remuneração da Administração e do Conselho fiscal:

A remuneração da Administração é fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Dessa forma, foi proposto na AGO realizada em 20 de março de 2014 o montante global da remuneração anual da Administração e do Conselho fiscal, fixada em até R\$ 35.800 para o exercício de 2014. A remuneração aprovada para o exercício de 2013 correspondia a R\$ 34.200.

O quadro abaixo demonstra a remuneração da Administração e do Conselho fiscal:

A remuneração da Administração é fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Dessa forma, foi proposto na AGO realizada em 20 de março de 2014 o montante global da remuneração anual da Administração e do Conselho fiscal, fixada em até R\$ 35.800 para o exercício de 2014. A remuneração aprovada para o exercício de 2013 correspondia a R\$ 34.200.

O quadro abaixo demonstra a remuneração da Administração e do Conselho fiscal:

A remuneração da Administração é fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Dessa forma, foi proposto na AGO realizada em 20 de março de 2014 o montante global da remuneração anual da Administração e do Conselho fiscal, fixada em até R\$ 35.800 para o exercício de 2014. A remuneração aprovada para o exercício de 2013 correspondia a R\$ 34.200.

O quadro abaixo demonstra a remuneração da Administração e do Conselho fiscal:

A remuneração da Administração é fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Dessa forma, foi proposto na AGO realizada em 20 de março de 2014 o montante global da remuneração anual da Administração e do Conselho fiscal, fixada em até R\$ 35.800 para o exercício de 2014. A remuneração aprovada para o exercício de 2013 correspondia a R\$ 34.200.

O quadro abaixo demonstra a remuneração da Administração e do Conselho fiscal:

A remuneração da Administração é fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Dessa forma, foi proposto na AGO realizada em 20 de março de 2014 o montante global da remuneração anual da Administração e do Conselho fiscal, fixada em até R\$ 35.800 para o exercício de 2014. A remuneração aprovada para o exercício de 2013 correspondia a R\$ 34.200.

O quadro abaixo demonstra a remuneração da Administração e do Conselho fiscal:

A remuneração da Administração é fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Dessa forma, foi proposto na AGO realizada em 20 de março de 2014 o montante global da remuneração anual da Administração e do Conselho fiscal, fixada em até R\$ 35.800 para o exercício de 2014. A remuneração aprovada para o exercício de 2013 correspondia a R\$ 34.200.

O quadro abaixo demonstra a remuneração da Administração e do Conselho fiscal:

A remuneração da Administração é fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Dessa forma, foi proposto na AGO realizada em 20 de março de 2014 o montante global da remuneração anual da Administração e do Conselho fiscal, fixada em até R\$ 35.800 para o exercício de 2014. A remuneração aprovada para o exercício de 2013 correspondia a R\$ 34.200.

O quadro abaixo demonstra a remuneração da Administração e do Conselho fiscal:

A remuneração da Administração é fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Dessa forma, foi proposto na AGO realizada em 20 de março de 2014 o montante global da remuneração anual da Administração e do Conselho fiscal, fixada em até R\$ 35.800 para o exercício de 2014. A remuneração aprovada para o exercício de 2013 correspondia a R\$ 34.200.

O quadro abaixo demonstra a remuneração da Administração e do Conselho fiscal:

A remuneração da Administração é fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Dessa forma, foi proposto na AGO realizada em 20 de março de 2014 o montante global da remuneração anual da Administração e do Conselho fiscal, fixada em até R\$ 35.800 para o exercício de 2014. A remuneração aprovada para o exercício de 2013 correspondia a R\$ 34.200.

O quadro abaixo demonstra a remuneração da Administração e do Conselho fiscal:

A remuneração da Administração é fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Dessa forma, foi proposto na AGO realizada em 20 de março de 2014 o montante global da remuneração anual da Administração e do Conselho fiscal, fixada em até R\$ 35.800 para o exercício de 2014. A remuneração aprovada para o exercício de 2013 correspondia a R\$ 34.200.

O quadro abaixo demonstra a remuneração da Administração e do Conselho fiscal:

A remuneração da Administração é fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Dessa forma, foi proposto na AGO realizada em 20 de março de 2014 o montante global da remuneração anual da Administração e do Conselho fiscal, fixada em até R\$ 35.800 para o exercício de 2014. A remuneração aprovada para o exercício de 2013 correspondia a R\$ 34.200.

O quadro abaixo demonstra a remuneração da Administração e do Conselho fiscal:

A remuneração da Administração é fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Dessa forma, foi proposto na AGO realizada em 20 de março de 2014 o montante global da remuneração anual da Administração e do Conselho fiscal, fixada em até R\$ 35.800 para o exercício de 2014. A remuneração aprovada para o exercício de 2013 correspondia a R\$ 34.200.

O quadro abaixo demonstra a remuneração da Administração e do Conselho fiscal:

A remuneração da Administração é fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Dessa forma, foi proposto na AGO realizada em 20 de março de 2014 o montante global da remuneração anual da Administração e do Conselho fiscal, fixada em até R\$ 35.800 para o exercício de 2014. A remuneração aprovada para o exercício de 2013 correspondia a R\$ 34.200.

O quadro abaixo demonstra a remuneração da Administração e do Conselho fiscal:

A remuneração da Administração é fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Dessa forma, foi proposto na AGO realizada em 20 de março de 2014 o montante global da remuneração anual da Administração e do Conselho fiscal, fixada em até R\$ 35.800 para o exercício de 2014. A remuneração aprovada para o exercício de 2013 correspondia a R\$ 34.200.

O quadro abaixo demonstra a remuneração da Administração e do Conselho fiscal:

A remuneração da Administração é fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Dessa forma, foi proposto na AGO realizada em 20 de março de 2014 o montante global da remuneração anual da Administração e do Conselho fiscal, fixada em até R\$ 35.800 para o exercício de 2014. A remuneração aprovada para o exercício de 2013 correspondia a R\$ 34.200.

O quadro abaixo demonstra a remuneração da Administração e do Conselho fiscal:

A remuneração da Administração é fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Dessa forma, foi proposto na AGO realizada em 20 de março de 2014 o montante global da remuneração anual da Administração e do Conselho fiscal, fixada em até R\$ 35.800 para o exercício de 2014. A remuneração aprovada para o exercício de 2013 correspondia a R\$ 34.200.

O quadro abaixo demonstra a remuneração da Administração e do Conselho fiscal:

A remuneração da Administração é fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Dessa forma, foi proposto na AGO realizada em 20 de março de 2014 o montante global da remuneração anual da Administração e do Conselho fiscal, fixada em até R\$ 35.800 para o exercício de 2014. A remuneração aprovada para o exercício de 2013 correspondia a R\$ 34.200.

O quadro abaixo demonstra a remuneração da Administração e do Conselho fiscal:

A remuneração da Administração é fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Dessa forma, foi proposto na AGO realizada em 20 de março de 2014 o montante global da remuneração anual da Administração e do Conselho fiscal, fixada em até R\$ 35.800 para o exercício de 2014. A remuneração aprovada para o exercício de 2013 correspondia a R\$ 34.200.

O quadro abaixo demonstra a remuneração da Administração e do Conselho fiscal:

A remuneração da Administração é fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Dessa forma, foi proposto na AGO realizada em 20 de março de 2014 o montante global da remuneração anual da Administração e do Conselho fiscal, fixada em até R\$ 35.800 para o exercício de 2014. A remuneração aprovada para o exercício de 2013 correspondia a R\$ 34.200.

O quadro abaixo demonstra a remuneração da Administração e do Conselho fiscal:

A remuneração da Administração é fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Dessa forma, foi proposto na AGO realizada em 20 de março de 2014 o montante global da remuneração anual da Administração e do Conselho fiscal, fixada em até R\$ 35.800 para o exercício de 2014. A remuneração aprovada para o exercício de 2013 correspondia a R\$ 34.200.

O quadro abaixo demonstra a remuneração da Administração e do Conselho fiscal:

A remuneração da Administração é fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Dessa forma, foi proposto na AGO realizada em 20 de março de 2014 o montante global da remuneração anual da Administração e do Conselho fiscal, fixada em até R\$ 35.800 para o exercício de 2014. A remuneração aprovada para o exercício de 2013 correspondia a R\$ 34.200.

O quadro abaixo demonstra a remuneração da Administração e do Conselho fiscal:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração, com base em orçamento aprovado pelo Conselho de Administração, estima que os créditos fiscais provenientes das diferenças temporárias sejam realizados conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
	Controladora	Consolidado
2015.....	93.766	93.766
2016.....	28.006	28.006
2017.....	40.547	40.547
2018.....	434	521
2019 em diante.....	-	-
	162.753	162.840

A projeção acima, de realização do saldo, pode não se concretizar caso as estimativas utilizadas na preparação das referidas demonstrações financeiras sejam divergentes das efetivamente realizadas.

As informações da Companhia acerca dos tributos em discussão judicial estão demonstradas na nota explicativa 17.

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social do resultado

	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Despesa de imposto corrente.....	(83.359)	(249.004)	(96.732)	(259.363)
Adoção do regime de competência de variação cambial (*)	243.045	-	243.045	-
Ajuste do exercício anterior.....	7.858	17.921	7.858	17.921
Corrente.....	167.544	(231.083)	154.171	(241.442)
Constituição e reversão de diferenças temporárias.....	(60.606)	159.048	(60.607)	157.164
Adoção do regime de competência de variação cambial (*)	(262.416)	-	(262.416)	-
Reavaliação vida útil imobilizado.....	(47.634)	(50.707)	(47.634)	(50.707)
Variação de valor justo e exaustão de ativos biológicos....	(67.231)	44.188	(106.807)	44.864
Diferido.....	(437.887)	152.529	(477.464)	151.321

(*) A Administração até o exercício de 2013 optou pelo critério de reconhecimento fiscal das variações cambiais de seus direitos e obrigações com base no regime de caixa, gerando diferenças temporárias de variação cambial, porém para o exercício de 2014 passou a adotar o regime de competência para o reconhecimento de variação cambial, sem constituir diferenças temporárias.

11. PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO

a) Movimentação de investimentos em empresas controladas

	Klabin Ltd. (i)	Klabin Argentina S.A.	Centaurus Holdings S.A.	Florestal Vale do Corisco S.A. (ii)	Sociedade Conta de Participação Correia Pinto	Sociedade Conta de Participação CG Forest	Sociedade Conta de Participação Monte Alegre (iv)	Outras	Total
Em 31 de dezembro de 2012.....	76.912	43.269	205.686	450.651	429.510	52.736	-	8.491	1.267.255
Aquisição e integralização de capital.....	995	-	3.989	-	-	-	-	7.313	104.875
Dividendos distribuídos.....	(60.519)	-	-	(17.850)	(20.026)	-	92.578	-	(98.395)
Equivalência patrimonial (iii).....	29.091	10.445	13.317	22.238	18.568	(1.899)	1.590	(2.910)	90.440
Incorporação por dissolução de controladas (v).....	-	-	(222.992)	-	-	-	-	(218)	(223.210)
Variação cambial de investimento no exterior.....	-	(6.871)	-	-	-	-	-	-	(6.871)
Em 31 de dezembro de 2013.....	46.479	46.843	-	455.039	428.052	50.837	94.168	12.676	1.134.094
Aquisição e integralização de capital.....	-	-	-	-	-	-	-	5.408	5.408
Redução de capital.....	-	-	-	(20.484)	(17.999)	-	-	(1.500)	(1.500)
Dividendos distribuídos.....	-	-	-	-	-	-	-	-	(38.483)
Equivalência patrimonial (iii).....	21.434	13.513	-	48.649	53.552	17.566	24.595	(30.534)	148.775
Variação cambial de investimento no exterior.....	-	(4.635)	-	-	-	-	-	-	(4.635)
Em 31 de dezembro de 2014.....	67.913	55.721	-	483.204	463.605	68.403	118.763	(13.950)	1.243.659

Resumo das informações financeiras das controladas em 31 de dezembro de 2014:

Ativo total.....	67.913	79.475	-	1.287.252	678.995	112.606	212.153
Passivo total.....	-	23.277	-	339.790	158.861	16.845	47.392
Patrimônio líquido.....	67.913	56.198	-	947.461	520.134	95.761	164.761
Resultado do exercício.....	16.534	13.513	-	95.391	60.900	17.566	24.595

(i) Controladora da Klabin Trade.

(ii) Por tratar-se de uma *joint venture* (vide nota explicativa 3), a Vale do Corisco não é consolidada, sendo o único investimento apresentada nos balanços consolidados como investimento com reconhecimento de equivalência patrimonial.

(iii) Inclui efeitos de variação e realização do valor justo de ativos biológicos (nota explicativa 13).

(iv) Corresponde a criação de nova controlada denominada Sociedade em Conta de Participação Monte Alegre, mencionada nas notas explicativas 1 e 3.

(v) Corresponde a incorporação das controladas Centaurus Holdings S.A. e Klabin Celulose S.A., mencionada nas notas explicativas 1 e 3.

12. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	31/12/2014	31/12/2013
	Custo	Líquido
Controladora		
Terenos.....	1.784.065	1.785.738
Edifícios e construções.....	667.259	449.862
Máquinas, equipamentos e instalações.....	4.742.801	2.740.247
Obras e instalações em andamento.....	2.948.566	780.192
Outros (i).....	396.255	188.727
10.538.946	(2.427.479)	8.111.467
Consolidado		
Terenos.....	2.013.562	2.014.311
Edifícios e construções.....	673.247	453.484
Máquinas, equipamentos e instalações.....	4.760.937	2.745.677
Obras e instalações em andamento.....	2.949.530	780.357
Outros (i).....	398.076	189.134
10.795.352	(2.443.965)	8.351.387

(i) Saldo correspondente a classes de imobilizado como benfeitorias, veículos, móveis e utensílios e equipamentos de informática.

As informações dos ativos imobilizados dados em garantia de operações firmadas pela Companhia constam na nota explicativa 14, assim como a informação acerca da cobertura de seguros dos bens patrimoniais constam na nota explicativa 27.

b) Movimentação sumária do imobilizado

	Controladora					Consolidado						
	Terenos	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Obras e instalações em andamento	Outros	Total	Terenos	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Obras e instalações em andamento	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012....	1.639.159	420.754	2.307.403	623.105	13.286	5.003.707	2.002.793	425.976	2.313.454	623.350	13.853	5.379.426
Adições (i).....	-	-	-	480.745	209.582	690.327	3.967	-	352	565.177	211.865	781.361
Baixas.....	(14)	(75)	(3.122)	-	(6.644)	(9.855)	(14)	(75)	(3.177)	-	(6.648)	(9.914)
Depreciação.....	-	(22.539)	(196.286)	-	(23.805)	(242.630)	-	(22.724)	(197.326)	-	(23.969)	(244.019)
Transferências Internas.....	-	47.548	405.169	(404.276)	(48.441)	-	-	47.547	405.252	(404.358)	(48.441)	-
Incorporação de controladas (ii).....	146.593	-	-	84.402	2.027	233.022	-	-	-	-	-	-
Outros.....	-	-	(483)	(3.784)	686	(3.581)	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013....	1.785.738	445.688	2.512.681	780.192	146.691	5.670.990	2.014.311	450.102	2.517.458	780.357	147.279	5.909.507
Adições (i).....	-	-	14	2.697.425	-	2.697.439	-	-	-	-	-	-
Baixas.....	(17.788)	(1.377)	(15.827)	-	(3.210)	(38.202)	-	-	-	-	-	-
Depreciação.....	-	(22.592)	(234.577)	-	(28.572)	(285.741)	-	-	-	-	-	-
Transferências Internas.....	16.115	28.130	478.522	(596.523)	73.756	-	-	-	-	-	-	-
Juros capitalizados (iii).....	-	-	-	74.085	-	74.085	-	-	-	-	-	-
Outros.....	-	13	(566)	(6.613)	62	(7.104)	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014....	1.784.065	449.862	2.740.247	2.948.566	188.727	8.111.467	2.013.562	453.484	2.745.677	2.949.530	189.134	8.351.387

(i) Líquido dos impostos recuperáveis (vide nota explicativa 9).

(ii) Corresponde a incorporação das controladas Centaurus Holdings S.A. e Klabin Celulose S.A., mencionada nas notas explicativas 1 e 3.

(iii) Juros capitalizados ao ativo imobilizado relacionado aos financiamentos captados para custeio de projetos de investimento, como Projeto Puma, vide notas explicativas 14 e 21.

A depreciação foi substancialmente apropriada ao custo de produção do exercício.

c) Vida útil e método de depreciação

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação pelo método linear que foram aplicáveis aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, definida com base na vida útil econômica dos ativos:

	Taxa - %
Edifícios e construções.....	2,86 a 3,33
Máquinas, equipamentos e instalações.....	2,86 a 10 (*)
Outros.....	4 a 20

(*) Taxa predominante de 6%.

Ao final do exercício de 2014, a Administração efetuou uma nova revisão da vida útil dos ativos imobilizados da Companhia, e concluiu pela manutenção das taxas de depreciação aplicadas.

d) Obras e instalações em andamento

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de obras e instalações em andamento refere-se aos seguintes principais projetos: (i) modernização do processo de preparo de madeira na unidade de Telémaco Borba (PR), (ii) construção da nova fábrica de celulose ("Projeto Puma"), (iii) projeto de secagem de biomassa na unidade de Otacílio Costa (SC), (iv) nova máquina de papel reciclado na unidade de Goiana (PE) e (v) investimentos correntes nas operações contínuas da Companhia.

Projeto Puma

O projeto Puma apresentou em 31 de dezembro de 2014 um avanço físico geral de 38% e desembolso financeiro de 31%, conforme o planejado.

O valor orçado total do projeto é de R\$ 7,2 bilhões (sem reajustes contratuais). O desembolso realizado até 31/12/2014 corresponde a R\$ 2,4 bilhões, sendo previsto o pagamento de R\$ 3,4 bilhões para o exercício de 2015.

Os recursos para a viabilidade do investimento são garantidos por contratos de financiamento e debêntures emitidas junto ao BNDES em 2014, totalizando R\$ 4,2 bilhões, além de R\$ 1,0 bilhão a ser disponibilizado pela Finnvera, agência de crédito à exportação finlandesa e outros R\$ 0,7 bilhão provenientes do *Inter-American Development Bank* ("IDB"), totalizando R\$ 5,9 bilhões.

Durante a execução do projeto a Companhia capitaliza juros de empréstimos e financiamentos utilizados no *funding* do projeto. Em 2014 o total de juros capitalizados ao ativo imobilizado com o projeto puma, além de outros projetos em andamento da Companhia, foi de R\$ 74.085, com custo médio ponderado de 8% ao ano.

c) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado

	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social.....	1.000.673	368.651	1.053.623	380.218
Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%.....	(340.229)	(125.341)	(358.232)	(129.274)
Efeito tributário sobre diferenças permanentes:				
Diferença de tributação - empresas controladas.....	-	-	4.589	6.599
Resultado de equivalência patrimonial.....	50.584	30.750	16.541	7.560
Outros efeitos.....	19.302	16.037	13.809	24.994
	(270.343)	(78.554)	(323.293)	(90.121)
Imposto de renda e contribuição social				
. Corrente.....	167.544	(231.083)	154.171	(241.442)
. Diferido.....	(437.887)	152.529	(477.464)	151.321

Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado

	(270.343)	(78.554)	(323.293)	(90.121)
--	------------------	-----------------	------------------	-----------------

d) Avaliação dos impactos da Lei nº 12.973/14

Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973/14, conversão da Medida Provisória (MP) nº 627, que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT), dentre outras providências, vigentes a partir de 2015 podendo ser adotada de forma antecipada em 2014. A Companhia optou pela adoção antecipada dos efeitos da Lei nº 12.973/14 para o exercício de 2014 após estudo elaborado. Os principais impactos relacionados a adoção antecipada foram:

- Dividendos: com a adoção antecipada, os dividendos calculados com base nos resultados apurados até o fim do ano-calendário 2013 estão isentos de tributação.
- Juros capitalizados: permite optar pela dedutibilidade dos juros capitalizados no ativo imobilizado na medida em que os juros são incorridos ou pela depreciação do ativo imobilizado a que foi alocado. Seu efeito fiscal é temporal, porém permite ser tomado o benefício da dedutibilidade do imposto de forma antecipada.

	Klabin Ltd. (i)	Klabin Argentina S.A.	Centaurus Holdings S.A.	Florestal Vale do Corisco S.A. (ii)	Sociedade Conta de Participação Correia Pinto	Sociedade Conta de Participação CG Forest	Sociedade Conta de Participação Monte Alegre (iv)	Outras	Total
Em 31 de dezembro de 2012.....	76.912	43.269	205.686	450.651	429.510	52.736	-	8.491	1.267.255
Aquisição e integralização de capital.....	995	-	3.989	-	-	-	-	7.313	104.875
Dividendos distribuídos.....	(60.519)	-	-	(17.850)	(20.026)	-	92.578	-	(98.395)
Equivalência patrimonial (iii).....	29.091	10.445	13.317	22.238	18.568	(1.899)	1.590	(2.910)	90.440
Incorporação por dissolução de controladas (v).....	-	-	(222.992)	-	-	-	-	(218)	(223.210)
Variação cambial de investimento no exterior.....	-	(6.871)	-	-	-	-	-	-	(6.871)
Em 31 de dezembro de 2013.....	46.479	46.843	-	455.039	428.052	50.837	94.168	12.676	1.134.094
Aquisição e integralização de capital.....	-	-	-	-	-	-	-	5.408	5.408
Redução de capital.....	-	-	-	(20.484)	(17.999)	-	-	(1.500)	(1.500)
Dividendos distribuídos.....	-	-	-	-	-	-	-	-	(38.483)
Equivalência patrimonial (iii).....	21.434	13.513	-	48.649	53.552	17.566	24.595	(30.534)	148.775
Variação cambial de investimento no exterior.....	-	(4.635)	-	-	-	-	-	-	(4.635)
Em 31 de dezembro de 2014.....	67.913	55.721	-						

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Sobre a taxa de desconto, os efeitos significativos de elevação (redução) da taxa utilizado na mensuração do valor justo dos ativos biológicos, acarretaria em queda (elevação) dos valores mensurados. A Companhia atualiza seu custo médio de capital ponderado anualmente, sendo utilizada a nova taxa à partir da primeira avaliação trimestral de cada exercício, permanecendo a mesma utilizada no cálculo do primeiro trimestre para os demais. A taxa de desconto utilizada na avaliação do ativo biológico do trimestre findo em 31 de dezembro de 2014 foi de 5,9% em moeda constante (5,7% em 31 de dezembro de 2013).

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição dos empréstimos e financiamentos

	Juros anuais %	31/12/2014		
		Circulante	Não Circulante	Total
Em moeda nacional				
.BNDES - Projeto MA1100	TJLP + 2,0 e cesta (i) + 1,5	297.169	37.892	335.061
.BNDES - Projeto Puma	TJLP + 2,5	1.776	200.500	202.276
.BNDES - Outros	TJLP + 4,8 e cesta (i) + 3,3	172.194	652.243	824.437
.BNDES - FINAME	2,5 a 4,5	71.800	315.587	387.387
.Notas de crédito à exportação (em R\$)	100% CDI	37.299	780.500	817.799
.Outros	1,0 a 6,8	127.554	91.818	219.372
		707.792	2.078.540	2.786.332
Em moeda estrangeira (ii)				
.BNDES - Projeto Puma	USD + 6,6	2.443	180.800	183.243
.BNDES - Outros	USD + 5,2 a 7,4	31.212	191.063	222.275
.Pré pagamentos exportação	USD + Libor 6M + 1,1 a 6,4	537.189	3.255.450	3.792.639
.Notas de crédito à exportação	USD + 5,0 a 9,0	155.205	1.126.367	1.281.572
.Pré pagamentos exportação c/ controladas	USD + 3,1 a 5,7	4.216	533.896	538.112
.Outros	USD + 1,9	14.183	-	14.183
		744.448	5.287.576	6.032.024
Total Controladora		1.452.240	7.366.116	8.818.356
Nas Controladas:				
Em moeda estrangeira (ii)				
.Bonds (Notes)	USD + 5,2	31.764	1.328.100	1.359.864
.Eliminação de Pré-pagamentos c/ controladas		(4.216)	(533.896)	(538.112)
		27.548	794.204	821.752
Total Consolidado		1.479.788	8.160.320	9.640.108

	Juros anuais %	31/12/2013		
		Circulante	Não Circulante	Total
Em moeda nacional				
.BNDES - Projeto MA1100	TJLP + 4,5 e cesta (i) + 1,5	258.936	328.407	587.343
.BNDES - Outros	TJLP + 4,5 e cesta (i) + 1,5	130.079	672.512	802.591
.BNDES - FINAME	2,5 a 4,5	15.475	187.502	202.977
.Notas de crédito à exportação (em R\$)	100% CDI + 0,6	10.581	473.333	483.914
.Outros	1,0 a 6,8	42.534	92.842	135.376
		457.605	1.754.596	2.212.201
Em moeda estrangeira (ii)				
.BNDES - Outros	USD + 5,7 a 6,3%	17.633	133.608	151.241
.Pré pagamentos exportação	USD + Libor 6M + 1,1 a 6,4	541.694	2.838.491	3.380.185
.Notas de crédito à exportação	USD + 3,9 a 8,1	108.044	1.111.926	1.219.970
.Pré pagamentos exportação c/ controladas	USD + 3,1	1.177	3.514	4.691
		668.548	4.087.539	4.756.087
Total Controladora		1.126.153	5.842.135	6.968.288
Nas Controladas:				
Em moeda estrangeira (ii)				
.Eliminação de Pré-pagamentos c/ controladas		(1.177)	(3.514)	(4.691)
		(1.177)	(3.514)	(4.691)
Total Consolidado		1.124.976	5.838.621	6.963.597

(i) Cesta composta substancialmente por dólares norte-americanos
(ii) Em dólares norte-americanos

BNDES
A Companhia tem contratos com o BNDES que tiveram por finalidade o financiamento de projetos de desenvolvimento industrial, como financiamento para a construção da nova máquina de papel em Correia Pinto (SC), construção da nova máquina de reciclados em Goiana (PE), projeto de expansão do segmento de papéis, denominado MA 1100, este último com liquidação prevista até janeiro de 2017 e projeto de construção de unidade de celulose denominada Projeto Puma, com liquidação prevista para 2025. A amortização do financiamento está sendo realizada mensalmente com os respectivos juros.

Pré-pagamentos exportação e notas de crédito à exportação
As operações de pré pagamentos e notas de crédito à exportação foram captadas por a finalidade de administração do capital de giro e desenvolvimento das operações da Companhia. A liquidação dos contratos está prevista para até maio de 2022.

Bonds (Notes)
A Companhia, por meio de sua subsidiária integral "Klabin Finance S.A." emitiu títulos representativos de dívida (Notes) no mercado internacional com listagem na Bolsa de Luxemburgo (Euro MTF). O título monta em USD 500 milhões com prazo de vencimento de 10 anos, com cupom de 5,25% pagos semestralmente, com tipo de emissão *Senior Notes* 144A/Reg. S. A captação foi concluída em 16 de julho de 2014, tendo como objetivo de financiar as atividades da Companhia e de suas controladas dentro do curso normal dos negócios e atendendo os respectivos objetos sociais.

Finnvera (Agência de crédito de exportação da Finlândia)
Como parte do *funding* necessário para execução do Projeto Puma, a Companhia firmou contrato para captação de recursos, utilizado no financiamento dos ativos adquiridos. O valor do compromisso é de USD 460 milhões, divididos em duas tranches, sendo a primeira de USD 414 milhões com juros de 3,4% a.a. e a segunda tranche de USD 46 milhões com juros de Libor 6M + 1% a.a., os quais serão liberados ao longo de 2015 e 2016, na medida em que são realizados os pagamentos aos fornecedores do projeto.

b) Cronograma dos vencimentos não circulantes
O vencimento dos financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2014, classificados no passivo não circulante no balanço consolidado, é demonstrado da seguinte forma:

Ano	2023 em diante								Total
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	
Valor	899.686	1.261.679	1.324.916	1.144.706	978.750	564.353	380.831	1.605.399	8.160.320

c) Movimentação sumária dos empréstimos e financiamentos

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2012	6.035.104	6.035.104
Captações	1.411.497	1.407.193
Provisão de Juros	315.406	315.333
Variação cambial e monetária	619.272	618.884
Amortizações e pagamento de juros	(1.412.991)	(1.412.917)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	6.968.288	6.963.597
Captações	2.254.427	2.837.527
Provisão de Juros	435.542	518.638
Variação cambial e monetária	657.285	817.532
Amortizações e pagamento de juros	(1.497.186)	(1.497.186)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	8.818.356	9.640.108

d) Garantias
Os financiamentos junto ao BNDES são garantidos por terrenos, edifícios, benfeitorias, máquinas, equipamentos e instalações das fábricas de Correia Pinto - SC, Telêmaco Borba - PR e Ortigueira - PR, objeto dos respectivos financiamentos, além de depósitos em garantia, bem como por avais dos acionistas controladores.

O financiamento junto ao Finnvera é garantido pelas plantas industriais de Angatuba - SP, Lages - SC, Piracicaba - SP e Goiana - PE. Os empréstimos de crédito de exportação, pré-pagamentos de exportações e capital de giro não possuem garantias reais.

e) Cláusulas restritivas de contratos
A Companhia e suas controladas não têm quaisquer contratos de financiamentos mantidos na data das referidas demonstrações financeiras que possuam cláusulas restritivas que estabeleçam obrigações quanto à manutenção de índices financeiros sobre as operações contratadas cujo descumprimento torne automaticamente exigível o pagamento da dívida.

15. DEBÊNTURES

a) 6ª emissão de debêntures
A Companhia concluiu em 7 de janeiro de 2014 a subscrição e integralização da totalidade de 27.200.000 debêntures emitidas em colocação privada, de valor unitário de R\$ 62,50, totalizando R\$ 1,7 bilhão. As debêntures são mandatoriamente conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, sem garantias e em moeda nacional. A conversão das debêntures se dará na proporção de uma debênture para 5 (cinco) "Units" (considerando o desdobramento de ações mencionado na nota explicativa 1), sendo o certificado de depósito de ações composto de 1 (uma) ação nominativa ordinária - ON e 4 (quatro) ações preferenciais nominativas - PN.
Os recursos obtidos na emissão das debêntures estão sendo destinados à construção da planta de celulose relacionada ao Projeto Puma, com capacidade para a produção anual de 1,5 milhão de toneladas de celulose.
As debêntures terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos, com vencimento em 8 de janeiro de 2019 e remuneração de 8% a.a., somada a variação monetária de reais por dólares americanos.
Adicionalmente, as debêntures participam em qualquer distribuição de resultado aos acionistas da Companhia, sendo calculada como se as ações que serão convertidas futuramente já existissem, com seu valor deduzido do patrimônio líquido por conta de sua natureza como instrumento de patrimônio.
A conversão poderá ser realizada a qualquer tempo durante a vigência das debêntures, após o período de *lock-up* de 18 meses da data de sua emissão.
De acordo com o CPC 39 Instrumentos Financeiros Apresentação, a Companhia contabilizou as referidas debêntures como instrumento híbrido (composto), tendo sido determinado o valor presente dos juros até a conversão e reconhecido como passivo financeiro, e o valor contábil do instrumento patrimonial contabilizado pelo valor líquido, ou seja, o valor total das debêntures deduzido o valor presente dos juros a pagar e deduzidos os custos de emissão do título, registrado em conta de "Reserva de Capital" no Patrimônio Líquido.

b) 7ª emissão de debêntures
A Companhia concluiu em 23 de junho de 2014 a 7ª emissão de debêntures sendo emitidas 55.555.000 debêntures simples, com garantia fidejussória, conjugadas com bônus de subscrição, pelo valor nominal unitário de R\$ 14,40, totalizando R\$ 800 milhões, divididas em duas séries de 27.777.500 debêntures cada de forma simultânea.

	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total em R\$ mil	Taxa de Juros	Vencimento	Amortização	Juros	Natureza	Bônus de subscrição
1ª série	27.777.500	14,40	399.996	IPCA + 7,25%	15/06/20	sem		Dívida	Sim
2ª série	27.777.500	14,40	399.996	IPCA + 2,50%	15/06/22	amortização semestral	semestral	conversível Dívida	Não
	55.555.000		799.992						

(i) 1ª Série - As Debêntures da 1ª Série têm vencimento em 15 de junho de 2020, terão rendimento de IPCA + 7,25% ao ano, com pagamento de juros semestralmente com dois anos de carência, sem amortização do principal, e têm natureza de dívida conversível, haja vista que podem ser utilizadas a qualquer tempo até o vencimento, a critério do titular, para subscrever e integralizar em ações de emissão da Companhia, na forma de *Units* (composta por 1 ação ordinária e 4 ações preferenciais), na proporção de 1 (uma) *Unit* para cada Debênture, por meio do exercício dos Bônus de Subscrição que serão atribuídos como vantagem adicional aos debenturistas.
(ii) 2ª Série - As Debêntures da 2ª Série têm vencimento em 15 de junho de 2022, terão rendimento de IPCA + 2,50% ao ano, pagos semestralmente juntamente com a amortização do principal, com dois anos de carência, e não têm natureza de dívida conversível, estando, portanto desatreladas dos Bônus de Subscrição.
O adquirente da 1ª Série obrigatoriamente deve adquirir debêntures da 2ª Série. Foi alocado ao patrimônio líquido, o montante de R\$ 28.503 decorrente do bônus de subscrição das debêntures emitidas.
Foram subscritas pelo BNDES 98,86% das debêntures e o restante pelos demais acionistas no mercado.

c) Composição do saldo de debêntures

O saldo em 31 de dezembro de 2014 é composto da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado		
	6ª Emissão	7ª Emissão	Total
Passivo circulante			
. Juros	208.080	20.758	228.838
. Correção monetária/Participação resultados	46.363	-	46.363
	254.443	20.758	275.201
Passivo não circulante			
. Principal	-	799.992	799.992
. Juros	338.640	-	338.640
. Ajuste a valor presente de juros	(85.006)	-	(85.006)
. Correção monetária/Participação resultados	39.365	5.775	45.140
. Bônus subscrição	-	(28.503)	(28.503)
	292.999	777.264	1.070.263
Patrimônio líquido - reserva de capital			
. Debênture emitida	1.700.000	-	1.700.000
. Juros até o vencimento a valor presente	(410.119)	-	(410.119)
. Bônus subscrição	-	28.503	28.503
. Custo emissão da debênture	(29.841)	-	(29.841)
	1.260.040	28.503	1.288.543
Total	1.553.039	805.767	2.358.806

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Moeda nacional	343.394	330.778	343.709	331.386
Moeda estrangeira	85.609	11.348	95.155	13.998
	429.003	342.126	438.864	345.384

A Companhia, em geral, opera com prazo médio de pagamento junto a seus fornecedores operacionais de aproximadamente 34 dias. No caso de fornecedores de ativos imobilizados os prazos seguem negociação comercial de cada operação, sem prazo médio específico.

17. PROVISÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

a) Riscos provisionados

Com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suas controladas e suportadas por opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, demonstradas a seguir:

	31/12/2014			
	Montante Provisionado	Depósitos Judiciais Vinculados	Passivo Líquido	Depósitos Judiciais sem Vínculo
Na controladora:				
Tributárias:				
. PIS/COFINS	-	-	-	25.506
. IR/CS	(7.739)	7.739	-	1.116
. Outras	(895)	895	-	27.667
	(8.634)	8.634	-	54.289
Trabalhistas	(64.296)	19.528	(44.768)	-
Cíveis	(7.712)	806	(6.906)	-
	(80.642)	28.968	(51.674)	54.289
Nas controladas:				
Outras	-	-	-	1.432
Consolidado	(80.642)	28.968	(51.674)	55.721

	31/12/2013			
	Montante Provisionado	Depósitos Judiciais Vinculados	Passivo Líquido	Depósitos Judiciais sem Vínculo
Na controladora:				
Tributárias:				
. PIS/COFINS	-	-	-	24.112
. IR/CS	(12.003)	10.671	(1.332)	-
. Outras	(652)	652	-	34.587
	(12.655)	11.323	(1.332)	58.699
Trabalhistas	(74.879)	18.748	(56.131)	-
Cíveis	(8.370)	767	(7.603)	-
	(95.904)	30.838	(65.066)	58.699
Nas controladas:				
Outras	(1)	-	(1)	1.432
Consolidado	(95.905)	30.838	(65.067)	60.131

Em 31 de dezembro de 2014, os riscos provisionados pela Companhia correspondem a processos de natureza tributária principalmente de questionamentos acerca de tributação de imposto de renda e contribuição social sobre correções monetárias da Lei nº 8.200/91, processos de natureza trabalhista, correspondentes, em sua maioria, de ações ingressadas por ex-empregados das plantas da Companhia e versam sobre pagamento de direitos trabalhistas (verbas rescisórias, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade), indenizações e responsabilidade subsidiária, além de ações de natureza cível, concentrados, em sua maioria, em ações de indenização por danos materiais e/ou morais decorrentes de acidentes.

b) Movimentação sumária do montante provisionado

	Controladora e Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Exposição Líquida
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(1.135)	(44.599)	(6.210)	(51.944)
Novos processos/complementos e atualizações monetárias/baixas	(2.274)	1.868	-	(406)
(Provisões)/reversões	2.077	(13.400)	(1.394)	(12.717)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(1.332)	(56.131)	(7.604)	(65.067)
Novos processos/complementos e atualizações monetárias/baixas	(965)	685	966	686
(Provisões)/reversões	2.297	10.678	(268)	12.707
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	(44.768)	(6.906)	(51.674)

c) Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis não reconhecidas
Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas tinham outros processos tributários, trabalhistas e cíveis envolvendo riscos de perda avaliados como "possíveis" que totalizam aproximadamente e respectivamente: R\$ 685.698, R\$ 147.216 e R\$ 95.517 (R\$ 534.238, R\$ 101.391 e R\$ 78.935 em 31 de dezembro de 2013). Com base na análise individual dos correspondentes processos judiciais e suportados por opinião de seus consultores jurídicos, a Administração entende que estes processos tem os prognósticos de perda avaliados como "possíveis" e, dessa forma, não são provisionados.

d) Processos ativos

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia figurava em processos judiciais envolvendo causas ativas, para as quais não existem valores provisionados em suas demonstrações financeiras, sendo os ativos reconhecidos somente após o trânsito em julgado dos processos e que o ganho seja virtualmente certo.
De acordo com a opinião de seus consultores jurídicos alguns processos são avaliados como "prováveis" de ganho de causa. Dentre os referidos processos, destaca-se o requerimento ao crédito presumido de IPI sobre as aquisições de energia elétrica, óleo combustível e gás natural utilizados no processo produtivo.

e) Adesão ao REFIS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reservas de lucros

(i) Reserva legal

De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido do exercício auferido, que não exceda 20% do capital social, para constituição da reserva legal. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder a 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social da Companhia e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital, caso seja determinado pela Assembleia de acionistas.

(ii) Reserva para investimentos e capital de giro

Reserva estatutária, constituída por parcela variável do lucro líquido anual ajustado na forma da Lei e entre 5% a 75% do lucro líquido conforme estatuto da Companhia com a finalidade de assegurar recursos para investimentos em bens do ativo imobilizado e reforço de capital de giro.

(iii) Reserva de ativos biológicos

A Reserva de ativos biológicos, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia será, pela destinação do resultado do exercício pelo que nele estiver contido, líquido dos efeitos tributários: constituída em cada exercício, com receita da avaliação do valor justo dos ativos biológicos; revertida para Lucros ou Prejuízos Acumulados com despesa na avaliação do valor justo dos ativos biológicos e; realizada pela exaustão do valor justo dos ativos biológicos, limitado a existência de saldo em Lucros Acumulados.

Os efeitos dos ativos biológicos que são objeto da referida reserva, referem-se aos ativos biológicos próprios e de controladas e controladas em conjunto, contidos no resultado de equivalência patrimonial.

(iv) Reserva de dividendos propostos

Constituída com base na proposta da Administração de distribuição de dividendos da parcela excedente ao dividendo mínimo obrigatório, a ser realizada mediante aprovação em Assembleia Geral Ordinária quanto a sua distribuição.

d) Ajustes de avaliação patrimonial

Criado pela Lei nº 11.638/07, o grupo de "Ajustes de avaliação patrimonial" mantido no patrimônio líquido da Companhia comporta ajustes de avaliações com aumentos e diminuições de ativos e passivos, quando aplicável, enquanto não computados no resultado do exercício, até a sua efetiva realização.

O saldo mantido pela Companhia corresponde à adoção do custo atribuído do ativo imobilizado ("deemed cost") para as terras florestais, opção exercida na adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis convergente aos IFRS em 1 de janeiro de 2009; variação cambial de controladas mantidas no exterior com moeda funcional diferente da controladora (nota explicativa 1); saldos referentes ao plano de outorga de ações concedido aos executivos (nota explicativa 22); e atualizações do passivo atuarial (nota explicativa 26).

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Custo atribuído imobilizado (terras).....	1.096.113	1.098.205
Variação cambial controlada exterior.....	(26.734)	(22.099)
Passivo atuarial.....	(4.844)	(9.792)
Plano de outorga de ações.....	911	(877)
	1.065.446	1.065.437

e) Dividendos

Os dividendos representam a parcela de lucros auferidos pela Companhia, que é distribuído aos acionistas a título de remuneração do capital investido nos exercícios sociais. Todos os acionistas têm direito a receber dividendos, proporcionais a sua participação acionária, conforme assegurado pela legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Também é previsto no estatuto social, a faculdade da Administração de distribuir dividendos intermediários durante o exercício de forma antecipada, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária destinada a apreciar as contas do exercício.

A base de cálculo do dividendo obrigatório definida no Estatuto Social da Companhia é ajustada pela constituição, realização e reversão, no respectivo exercício, da Reserva de Ativos Biológicos, outorgando aos acionistas da Companhia o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual ajustado.

A distribuição do lucro do exercício de 2014 está disposta da seguinte forma:

	Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013
(=) Lucro líquido do exercício.....	730.330	(36.517)
(-) Constituição de reserva legal (5% do lucro líquido).....	389.783	389.783
(+) Realização da reserva de ativos biológicos - próprios.....	(520.289)	(520.289)
(-) Constituição da reserva de ativos biológicos - próprios.....	(102.950)	(102.950)
(-) Constituição da reserva de ativos biológicos - controladas (*).....	(2.027)	(2.027)
(-) Constituição de reserva de incentivos fiscais.....	2.092	2.092
(+) Realização de custo atribuído imobilizado (terras).....	502	502
(+) Realização de reserva de reavaliação.....	460.924	460.924
(=) Lucro base para distribuição do dividendo obrigatório.....	115.231	115.231
(=) Dividendo mínimo obrigatório conforme Estatuto Social (25%).....		
Dividendos intermediários distribuídos do resultado do exercício de 2014		
Julho (pagos em 20 de agosto de 2014)		
. R\$ 33,18 por lote de mil ações ordinárias e preferenciais.....	151.957	
. R\$ 165,90 por lote de mil "Units"		
Outubro (pagos em 19 de novembro de 2014)		
. R\$ 19,65 por lote de mil ações ordinárias e preferenciais.....	90.000	
. R\$ 98,27 por lote de mil "Units"		
	241.957	
Proposta de dividendos complementares do exercício de 2014 para aprovação AGO		
. R\$ 22,27 por lote de mil ações ordinárias e preferenciais.....	102.000	
. R\$ 111,36 por lote de mil "Units"		
(-) Total dos dividendos sobre o resultado de 2014 distribuídos.....	343.957	
(-) Participação de lucros de debêntures mandatárias conversíveis em ações.....	26.517	
(-) Constituição de reserva para investimento e capital de giro.....	90.450	
	460.924	

(*) Contido no resultado de equivalência patrimonial.

A Administração da Companhia apresentará na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 19 de março de 2015, juntamente com a aprovação das contas do exercício, proposta para distribuição de dividendos complementares do exercício de 2014 equivalentes a R\$ 102.000, correspondentes a R\$ 22,27 por lote de mil ações ON e PN e R\$ 111,36 por lote de mil "Units", distribuídos com parcela do resultado do exercício. O total dos dividendos propostos do resultado do exercício de 2014 perfaz o montante de R\$ 343.957.

O saldo dos dividendos complementares é mantido em conta específica no patrimônio líquido, denominada "reserva de dividendos propostos" até a sua efetiva aprovação e pagamento.

Conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 20 de março de 2014, a Companhia distribuiu dividendos complementares do exercício de 2013 no montante de R\$ 90.096, sendo R\$ 19,04 por lote de mil ações ON e PN e R\$ 95,20 por lote de mil "Units", efetivamente pagos em 09 de abril de 2014.

Durante o exercício de 2014, foram efetivamente pagos R\$ 332.053, entre R\$ 241.957 em dividendos intermediários do exercício de 2014 e R\$ 90.096 em dividendos complementares do exercício de 2013.

f) Participação de lucros de debêntures mandatárias

Conforme mencionado na nota explicativa 15, é cabível aos detentores das debêntures mandatariamente conversíveis em ações da 6ª emissão, participação nos lucros quando da distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia. O montante é calculado considerando a quantidade de ações que serão futuramente convertidas, correspondentes a 136.000.000 ações ordinárias e 544.000.000 ações preferenciais, pelo valor por ação efetivamente distribuído de dividendos.

g) Proposta de aumento de capital

A Administração da Companhia estará submetendo a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 19 de março de 2015 o aumento de capital mediante a utilização de saldos em reservas, sendo R\$ 7.610 da Reserva de Incentivos Fiscais e R\$ 96.890 da Reserva Legal, totalizando um aumento de capital de R\$ 104.500, sem a emissão de novas ações.

A proposta de aumento de capital é justificada por conta da aplicação do pressuposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o qual exige que a Companhia faça o aumento de capital no caso da somatória das reservas de lucros exceder o valor do capital social, fato constatado no balanço patrimonial de encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2014.

19. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida da Companhia está composta como segue:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2014	31/12/2013
Receita bruta de vendas de produtos.....	5.812.635	5.418.244
Descontos e abatimentos.....	(20.451)	(13.007)
Impostos incidentes sobre vendas.....	(954.349)	(915.520)
	4.837.835	4.489.717
. Mercado interno.....	3.715.038	3.429.433
. Mercado externo.....	1.122.797	1.060.284
Receita líquida de vendas.....	4.837.835	4.489.717

20. CUSTOS, DESPESAS E RECEITAS POR NATUREZA

	Controladora	Consolidado
	31/12/2014	31/12/2013
Custos variáveis (matérias primas e materiais de consumo).....	(1.806.619)	(1.679.579)
Gastos com pessoal.....	(774.843)	(707.852)
Depreciação, amortização e exaustão.....	(941.956)	(742.540)
Fretes.....	(231.606)	(221.584)
Comissões.....	(13.227)	(9.257)
Contratação de serviços.....	(249.432)	(246.177)
Receita na alienação de ativos imobilizados.....	85.902	16.203
Custo na alienação e baixa de ativos imobilizados.....	(49.446)	(18.461)
Custo atribuído imobilizado (terras).....	(3.168)	-
Outras.....	(159.361)	(160.096)
	(4.143.756)	(3.769.343)

21. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora	Consolidado
	31/12/2014	31/12/2013
Receitas financeiras		
. Rendimento sobre aplicações financeiras.....	473.310	185.765
. Outras.....	46.108	16.682
	519.418	202.447
Despesas financeiras		
. Juros financiamentos e debêntures.....	(521.378)	(310.382)
. Juros REFIS (nota explicativa 17).....	(46.263)	(39.973)
. Juros capitalizados no imobilizado (i).....	74.085	-
. Amortização Ajuste Valor Presente Debêntures.....	(51.596)	-
. Aval financiamentos - partes relacionadas.....	(13.580)	(14.420)
. Remuneração de investidores - SCPS.....	-	(7.347)
. Outras.....	(59.029)	(49.694)
	(617.761)	(414.469)
Variação cambial		
. Variação cambial de ativos.....	108.446	63.014
. Variação cambial de passivos.....	(640.601)	(602.629)
	(532.155)	(539.615)
Resultado financeiro.....	(630.498)	(751.637)

(i) Vide informações na nota explicativa 12.

22. PLANO DE OUTORGA DE AÇÕES

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10 de julho de 2012, foi aprovado o Programa de Outorga de Ações ("Plano") com benefício a membros da Diretoria e colaboradores estratégicos da Companhia.

A CVM autorizou a Companhia, através do OFÍCIO/CVM/SEP/GEA-2/nº 221/2012 a realizar as operações privadas abrangidas pelo plano de incentivo a seus diretores e funcionários, excluído os acionistas controladores, de realizar transferência privada de ações mantidas em tesouraria.

De acordo com o referido Plano, a Companhia estabeleceu que os diretores estatutários e não estatutários poderão utilizar um percentual de 25% a 70% de sua remuneração variável para aquisição de ações mantidas em tesouraria, onde a Companhia concederá o usufruto de mesma quantidade de ações ao adquirente por três anos, passando a propriedade nua das ações aos mesmos após 3 anos, desde que cumpridas as cláusulas estabelecidas no Plano.

Para os colaboradores estratégicos da Companhia, o Plano não prevê aquisição de ações por parte dos colaboradores, somente a concessão de um determinado número de ações em regime de outorga por 3 anos, passando a propriedade nua dessas ações ao beneficiário, desde que cumpridas as cláusulas estabelecidas.

O usufruto concede ao beneficiário o direito aos dividendos distribuídos no período em que o benefício estiver válido.

O valor de aquisição das ações em tesouraria pelos beneficiários do Plano será obtido pela média das cotações de valor de mercado dos últimos 60 pregões das ações da Companhia, ou de sua cotação na data de aquisição, dos dois o menor. O valor das ações concedidas em usufruto corresponde a cotação das ações em negociação na Bolsa de Valores de São Paulo no dia da operação. As cláusulas para que a transferência das ações outorgadas seja consumada estabeleçam a permanência do beneficiário na Companhia e não alienação das ações adquiridas na adesão do Plano. As ações outorgadas também podem ser imediatamente cedidas em caso de demissão por iniciativa da Companhia, aposentadoria ou falecimento do beneficiário, neste último caso passando o direito das ações ao espólio.

As ações outorgadas e a despesa proporcional ao prazo de outorga, reconhecida no resultado é acumulada no patrimônio líquido no grupo de "Ajustes de Avaliação Patrimonial", até o fim da outorga, seja pelo vencimento do prazo de três anos, ou qualquer outra cláusula do Plano que encerre a outorga.

O quadro abaixo apresenta as informações dos planos pactuados:

a) Diretores estatutários e não estatutários

	Plano 2011	Plano 2012	Plano 2013	Total
Data início do plano.....	10/07/12	01/03/13	01/03/14	-
Data término da outorga.....	10/07/15	01/03/16	01/03/17	-
Ações em tesouraria adquiridas pelos beneficiários (i).....	2.375.000	1.904.500	2.302.500	6.582.000
Valor de compra por ação (R\$) (i).....	1,56	2,57	2,34	
Ações em tesouraria concedidas em usufruto (i).....	2.375.000	1.904.500	2.302.500	6.582.000
Valor do usufruto por ação (R\$) (i).....	1,75	2,67	2,29	
Despesa acumulada do plano - desde o início.....	3.471	3.110	1.462	8.043
Despesa do plano - 1/1 a 31/12/2014.....	1.388	1.696	1.462	4.546
Despesa do plano - 1/1 a 31/12/2013.....	1.388	1.414	-	2.802

b) Colaboradores estratégicos

	Plano 2012	Plano 2013	Total
Data início do plano (ii).....	01/03/13	30/04/14	-
Data término da outorga.....	01/03/16	30/04/17	-
Ações em tesouraria concedidas em usufruto (i).....	682.500	542.500	1.225.000
Valor do usufruto por ação (R\$) (i).....	2,67	2,30	
Despesa acumulada do plano - desde o início.....	1.114	317	1.431
Despesa do plano - 1/1 a 31/12/2014.....	608	317	925
Despesa do plano - 1/1 a 31/12/2013.....	506	-	506

(i) Considera o desdobramento de ações mencionado na nota explicativa 1.

(ii) O Plano de 2012 foi concedido em junho de 2013 de forma retrospectiva.

23. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do lucro do período atribuível aos detentores de ações ordinárias - ON e preferenciais - PN da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período. A Companhia possui debêntures mandatariamente conversíveis em ações (vide nota explicativa 15) registradas no patrimônio líquido, portanto na quantidade de ações já é considerada a conversão futura das debêntures em ações na quantidade total de ações.

As ações oriundas da eventual futura conversão em ações da 7ª emissão de debêntures (vide nota explicativa 15) foram desconsideradas do cálculo, por conta de seu valor de emissão ser inferior ao valor da "Unit" no mercado em 31 de dezembro de 2014, devendo ser considerada no cálculo somente quando excedê-lo.

Considerando o explicado acima, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação, pois esta não possui outras ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.

Conforme mencionado na nota explicativa 1, a Companhia realizou em 20 de março de 2014 um desdobramento de ações, à razão de 1 (uma) ação para cinco de mesma classe e espécie. O cálculo demonstrado nas referidas demonstrações financeiras considera todas as informações de ações considerando o desdobramento de ações mencionado, inclusive rerepresentado o cálculo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, para fins comparativos.

Conforme mencionado na nota explicativa 18, as movimentações sobre o saldo de ações em tesouraria afetam a média ponderada da quantidade de ações preferenciais em tesouraria no cálculo do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, sendo a média ponderada utilizada no cálculo do resultado por ação apurada da seguinte forma:

Quantidade ponderada de ações em Tesouraria - 31 de dezembro de 2014 (*)					
Janeiro a Fevereiro	Março	Abril a Julho	Agosto a Dezembro	12 Meses 2014	
153.067.500 x 2/12	+ 148.477.750 x 1/12	+ 149.477.750 x 4/12	+ 150.500.000 x 5/12	=	150.418.646

(*) Visto que a Companhia possui somente "Units" em tesouraria, a divisão entre ações ON e PN é feita conforme composição de "Units".

O quadro abaixo, apresentado em R\$, reconcilia o lucro apurado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, aos montantes utilizados no cálculo do resultado por ação básico e diluído:

	Controladora e Consolidado		
	1/1 a 31/12/2014		
	Ordinárias (ON)	Preferenciais (PN)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total.....	1.848.592.200	2.881.197.365	4.729.789.565
Quantidade de ações a serem convertidas nas debêntures.....	136.000.000	544.000.000	680.000.000
Quantidade de ações em tesouraria ponderada.....	(30.083.729)	(120.334.917)	(150.418.646)
Média ponderada da quantidade de ações circulantes.....	1.954.508.471	3.304.862.448	5.259.370.919
% de ações em relação ao total (*).....	37,16%	62,84%	100%
Numerador			
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$).....	271.408.158	458.921.842	730.330.000
Média ponderada da quantidade de ações circulantes.....	1.954.508.471	3.304.862.448	5.259.370.919
Resultado por ação básico e diluído (R\$).....	0,1389	0,1389	

	Controladora e Consolidado		
	1/1 a 31/12/2013		
	Ordinárias (ON)	Preferenciais (PN)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total.....	1.584.137.815	3.004.278.665	4.588.416.480
Quantidade de ações em tesouraria ponderada.....	-	(151.323.710)	(151.323.710)
Média ponderada da quantidade de ações circulantes.....	1.584.137.815	2.852.954.955	4.437.092.770
% de ações em relação ao total (*).....	33,55%	66,45%	100%
Numerador			
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$).....	97.313.817	192.783.183	290.097.000
Média ponderada da quantidade de ações circulantes.....	1.584.137.815	2.852.954.955	4.437.092.770
Resultado por ação básico e diluído (R\$).....	0,0614	0,0676	

24. SEGMENTOS OPERACIONAIS

a) Critérios de identificação dos segmentos operacionais

A Companhia procedeu com a segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma com a qual a Administração gerencia o negócio. Os segmentos operacionais definidos pela Administração são demonstrados abaixo:

- Segmento Florestal: envolve as operações de plantio e cultivo florestal de pinus e eucalipto para abastecimento das fábricas de papéis da Companhia e venda de madeiras (toras) para terceiros no mercado interno.
- Segmento de Papéis: envolve substancialmente a produção e as operações de venda de bobinas de papel cartão, papel kraftliner e papel reciclado nos mercados interno e externo.
- Segmento de Conversão: envolve a produção e as operações de venda de caixas de papelão ondulado, chapas de papelão ondulado e sacos industriais, nos mercados interno e externo.
- Segmento de Celulose: envolve a operação do "Projeto Puma", onde futuramente abrangerá a produção e comercialização de celulose, nos mercados interno e externo.

b) Informações consolidadas dos segmentos operacionais

	Florestal	Papéis	Conversão	Celulose
--	-----------	--------	-----------	----------

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo na coluna Corporativa/eliminações envolve substancialmente despesas da unidade corporativa não rateada aos demais segmentos e as eliminações referem-se aos ajustes das operações entre os demais segmentos.

As informações do resultado financeiro e impostos sobre o lucro não foram divulgadas por segmento em razão da não utilização pela Administração dos referidos dados de forma segmentada, pois os mesmos são gerenciados e analisados de forma consolidada em sua operação.

c) Informações das receitas líquidas de vendas

A receita líquida da Companhia proveniente dos clientes no mercado externo, no resultado consolidado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, corresponde a R\$ 1.214.485 e R\$ 1.175.142, respectivamente. A tabela abaixo demonstra a distribuição da receita líquida dos referidos períodos por país estrangeiro:

País	Consolidado 1/1 a 31/12/2014		País	Consolidado 1/1 a 31/12/2013	
	Receita Total (R\$/milhões)	% na Receita Líquida Total		Receita Total (R\$/milhões)	% na Receita Líquida Total
Argentina.....	514	10,4%	Argentina.....	475	10,3%
China.....	246	5,0%	China.....	167	3,6%
Cingapura.....	134	2,7%	Cingapura.....	153	3,3%
França.....	30	0,6%	França.....	61	1,3%
México.....	28	0,6%	Alemanha.....	55	1,2%
Arábia Saudita.....	27	0,5%	Itália.....	41	0,9%
Colômbia.....	27	0,5%	França.....	32	0,7%
Equador.....	25	0,5%	África do Sul.....	23	0,5%
África do Sul.....	24	0,5%	Venezuela.....	17	0,4%
Itália.....	21	0,4%	Nigéria.....	17	0,4%
Outros pulverizados.....	138	2,8%	Outros pulverizados.....	134	2,9%
	1.214	25%		1.175	26%

A receita líquida da Companhia proveniente dos clientes no mercado brasileiro no resultado consolidado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 corresponde a R\$ 3.679.397 e R\$ 3.424.195, respectivamente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, no segmento de papéis, um único cliente de cartões foi responsável por aproximadamente 21% da receita líquida da Companhia, correspondente a aproximadamente R\$ 1.027.000 (R\$ 1.013.000 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013). O restante da base de clientes da Companhia é pulverizada, de forma que nenhum dos demais clientes, individualmente, concentra participação relevante (acima de 10%) da receita líquida de vendas da Companhia.

d) Receitas líquidas de vendas pró-forma

Conforme mencionado na nota explicativa 3, a Companhia possui uma *joint-venture* de controle conjunto, operando no segmento florestal, denominada Florestal Vale do Corisco, a qual não é consolidada, sendo reconhecida pelo método da equivalência patrimonial, considerando sua participação no investimento.

Caso a controlada em conjunto fosse consolidada na demonstração financeira da Companhia, a receita líquida de vendas pró-forma no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 seria de R\$ 4.951.000 (R\$ 4.658.000 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013).

25. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e aplicações de recursos, riscos de mercado (câmbio e juros) e risco de liquidez, aos quais entende que está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional.

A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limite de posições. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa.

Adicionalmente, a Administração procede com a avaliação tempestiva da posição consolidada da Companhia, acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposta.

Os principais riscos da Companhia estão descritos a seguir:

Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar, empréstimos a pagar, instrumentos disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos.

(i) Risco de exposição às variações cambiais

A Companhia mantém operações denominadas em moedas estrangeiras (substancialmente dólares norte americanos) que estão expostas a riscos de mercado decorrentes de mudanças nas cotações das respectivas moedas estrangeiras. Qualquer flutuação da taxa de câmbio pode aumentar ou reduzir os referidos saldos. A composição dessa exposição é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Conta corrente e aplicações financeiras.....	1.277.725	174.612
Contas a receber (líquido de PCLD).....	356.666	345.347
Outros ativos e passivos.....	68.503	(9.940)
Empréstimos e financiamentos.....	(6.853.776)	(4.751.396)
Exposição líquida.....	(5.150.882)	(4.241.377)

O saldo por ano de vencimento em 31 de dezembro de 2014 dessa exposição líquida está dividido da seguinte maneira:

Ano	2022 em							Total	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021		
Valor.....	930.977	(584.516)	(970.582)	(894.338)	(897.325)	(672.948)	(397.991)	(1.664.159)	(5.150.882)

Na data de 31 de dezembro de 2014, a Companhia não tem derivativos contratados para proteção da exposição cambial de longo prazo. Para fazer frente a tal exposição passiva líquida, a Companhia tem plano de vendas cujo fluxo projetado de receitas de exportação de aproximadamente USD 500 milhões anuais e seus recebimentos, se forem concretizados, superam, ou se aproximam, do fluxo de pagamentos dos respectivos passivos, compensando o efeito caixa dessa exposição cambial no futuro.

(ii) Risco de taxa de juros

A Companhia tem empréstimos indexados pela variação da TJLP, LIBOR e do CDI, e aplicações financeiras indexadas à variação do CDI e Selic, expondo estes ativos e passivos às flutuações nas taxas de juros conforme demonstrado no quadro de sensibilidade a juros abaixo. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" / "swap" contra a exposição desses riscos de mercados.

A prática adotada é de monitoramento contínuo das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. Adicionalmente, a Companhia considera que o alto custo associado à contratação de taxas pré-fixadas sinalizadas pelo cenário macroeconômico brasileiro justifica a sua opção por taxas flutuantes.

A composição do risco de taxa de juros é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Aplicações financeiras - CDI.....	3.880.452	2.521.195
Aplicações financeiras - Selic.....	497.604	249.511
Exposição ativa.....	4.378.056	2.770.706
Financiamentos - CDI.....	(817.799)	(483.914)
Financiamentos - TJLP.....	(1.361.774)	(1.592.911)
Financiamentos - Libor.....	(3.792.639)	(3.380.185)
Debêntures - IPCA.....	(798.022)	-
Exposição passiva.....	(6.770.234)	(5.457.010)

Risco de aplicação de recursos

A Companhia está sujeita ao risco quanto a aplicação de recursos, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros contratados. O valor exposto pela Companhia corresponde substancialmente às aplicações financeiras e operação de títulos e valores mobiliários, com valores descritos nas notas explicativas 4 e 5.

Em relação a qualidade dos ativos financeiros da Companhia aplicados em instituições financeiras, é utilizada política interna para aprovação do tipo de operação que está sendo acordada e análise do *rating*, conforme agências classificadoras de risco, para avaliar a viabilidade da aplicação de recursos em determinada instituição, deste que esta esteja enquadrada nos critérios de aceitação da política.

O quadro abaixo demonstra os recursos de caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários aplicados pela Companhia, classificando os montantes de acordo com a classificação nacional da agência de *rating* Fitch das instituições financeiras:

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Rating nacional AAA+(bra) (*).....	5.514.472	2.859.196
Rating nacional AA+(bra).....	228.965	120.187
	5.743.437	2.979.383

(*) Considerado neste grupo as LFTs por conta do baixo risco atrelado à operação.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber).

Em 31 de dezembro de 2014, o valor máximo exposto pela Companhia ao risco de crédito corresponde ao valor contábil das contas a receber de clientes, demonstrado na nota explicativa 6.

O risco de crédito nas atividades operacionais da Companhia é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. O monitoramento de duplicatas vencidas é realizado prontamente para garantir seu recebimento.

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos, administrando seu capital por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente, para que haja recursos financeiros disponíveis para o devido cumprimento de suas obrigações, substancialmente concentrada nos financiamentos firmados junto a instituições financeiras.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia, no balanço consolidado, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros futuros incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2014:

	2022 em							Total	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021		
Fornecedores... (438.864)	-	-	-	-	-	-	-	(438.864)	
Financiamentos/ Debêntures.... (2.001.517)	(1.306.687)	(1.647.808)	(1.560.940)	(1.556.734)	(1.819.853)	(761.052)	(2.627.465)	(13.282.056)	
Total.....	(2.440.381)	(1.306.687)	(1.647.808)	(1.560.940)	(1.556.734)	(1.819.853)	(761.052)	(2.627.465)	(13.720.920)

A projeção orçamentária para os próximos exercícios aprovada pelo Conselho de Administração demonstra capacidade de cumprimento das obrigações, caso esta seja concretizada.

Gestão de capital

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido, composto pelo saldo de empréstimos e financiamentos (nota explicativa 14) e debêntures (nota explicativa 15), deduzidos pelo saldo de caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (notas explicativas 4 e 5), e pelo saldo do patrimônio líquido, incluindo o saldo de capital emitido e todas as reservas constituídas.

O índice de endividamento líquido sobre o patrimônio líquido da Companhia é composto da seguinte forma:

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.....	5.743.437	2.979.383
Empréstimos, financiamentos e debêntures.....	(10.985.572)	(6.963.597)
Endividamento líquido.....	(5.242.135)	(3.984.214)
Patrimônio líquido.....	7.058.324	5.392.667
Índice de endividamento líquido.....	(0,74)	(0,74)

b) Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia tem os seguintes instrumentos financeiros por categoria:

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Ativo - empréstimos e recebíveis		
. Caixa e equivalentes de caixa.....	5.245.833	2.729.872
. Contas a receber de clientes (líquido de PCLD).....	1.148.676	1.145.154
. Outros ativos.....	432.625	348.000
	6.827.134	4.223.026

Ativo - disponível para venda

. Títulos e valores mobiliários.....	497.604	249.511
	497.604	249.511

Passivo - ao custo amortizado

. Empréstimos, financiamentos e debêntures.....	10.985.572	6.963.597
. Fornecedores.....	438.864	345.384
. Demais contas a pagar.....	715.614	712.893
	12.140.050	8.021.874

Empréstimos e recebíveis e outros passivos financeiros ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como o contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras e caixa e equivalente de caixa mantido pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do período.

Ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia classificou os títulos e valores mobiliários que são representados por Letras Financeiras do Tesouro (LFT) (nota explicativa 5) como ativos financeiros disponíveis para venda, pois poderão ser negociados no futuro, sendo contabilizados pelo valor aplicado acrescido dos juros reconhecidos no rendimento da operação. Devido à liquidez desse ativo e sua natureza, seu valor justo é próximo ao custo amortizado, não gerando efeito no patrimônio líquido da Companhia. O saldo desses títulos em 31 de dezembro de 2014 no balanço consolidado corresponde a R\$ 497.604 (R\$ 249.511 em 31 de dezembro de 2013).

c) Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta a seguir os quadros de sensibilidade para os riscos de variações cambiais e de taxas de juros que a Companhia está exposta considerando que os eventuais efeitos impactariam os resultados futuros tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2014. Os efeitos no patrimônio são basicamente os mesmos do resultado.

(i) Exposição a câmbio

A Companhia tem ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2014 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário I a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras para o cenário II esta taxa foi corrigida em 25% e para o cenário III em 50%.

É importante salientar que os vencimentos dos financiamentos, conforme cronograma de vencimento demonstrado na nota explicativa 14, não ocorrerão substancialmente em 2015, sendo assim, a variação cambial não terá efeito no caixa decorrente desta análise. Em contrapartida, as exportações da Companhia, deverão ter o impacto da variação cambial no caixa já substancialmente durante o ano. A análise de sensibilidade da variação cambial está sendo calculada sobre a exposição cambial líquida (basicamente por empréstimos e financiamentos, contas a receber de clientes e fornecedores a pagar em moeda estrangeira) e não foi considerado o efeito nos cenários sobre a projeção de vendas de exportação que de certa forma, como mencionado anteriormente, fará frente a eventual perda cambial futura.

Desta forma, mantidas as demais variáveis constantes, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro de 12 meses:

	Saldo 31/12/2014		Cenário I R\$ ganho (perda)		Cenário II R\$ ganho (perda)		Cenário III R\$ ganho (perda)	
	US\$	Taxa	Taxa	Taxa	Taxa	Taxa	Taxa	Taxa
Ativos								
Caixa e caixa equivalentes.....	481.035	2,80	69.173	3,50	405.897	4,20	742.622	
Contas a receber, líquido de PCLD.....	134.277	2,80	19.309	3,50	113.303	4,20	207.297	
Outros ativos e passivos.....	25.790	2,80	3.709	3,50	21.762	4,20	39.815	
Financiamentos.....	(2.580.294)	2,80	(371.046)	3,50	(2.177.252)	4,20	(3.983.458)	
Efeito líquido no resultado financeiro.....			(278.855)		(1.636.290)		(2.993.724)	

(ii) Exposição a Juros

As aplicações financeiras e os financiamentos são atrelados a taxa de juros pós-fixada do CDI, exceto aqueles atrelados à TJLP e Libor. Para efeito de análise de sensibilidade a Companhia adotou taxas vigentes em datas próximas a da apresentação das referidas demonstrações financeiras, utilizando para Selic, Libor, IPCA e CDI a mesma taxa em decorrência da proximidade das mesmas, na projeção do cenário I, para o cenário II estas taxas foram corrigidas em 25% e para o cenário III em 50%.

Desta forma, mantidas as demais variáveis constantes, o quadro a seguir demonstra simulação do efeito da variação das taxas de juros no resultado futuro de 12 meses:

	Saldo 31/12/2014		Cenário I R\$ ganho (perda)		Cenário II R\$ ganho (perda)		Cenário III R\$ ganho (perda)	
	R\$	Taxa	Taxa	Taxa	Taxa	Taxa	Taxa	Taxa
Aplicações financeiras								
CDB's.....	CDI	3.880.453	12,50%	29.103	15,63%	150.368	18,75%	271.632
LFT's.....	Selic	497.604	12,50%	3.732	15,63%	19.282	18,75%	34.832
Financiamentos								
Notas crédito à exportação (R\$).....	CDI	(817.799)	12,50%	(6.133)	15,63%	(31.690)	18,75%	(57.246)
BNDES.....	TJLP	(1.361.774)	5,50%	(6.809)	6,88%	(25.533)	8,25%	(44.258)
Debêntures.....	IPCA	(798.022)	6,67%	(2.075)	8,34%	(15.382)	10,01%	(28.689)
Pré-pagamento de exportação.....	Libor	(3.792.639)	0,36%	-	0,46%	(3.459)	0,55%	(6.918)
Efeito líquido no resultado financeiro ..			17.818		93.586		169.353	

26. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia concede a seus empregados benefícios de seguro de vida, assistência médica e plano de aposentadoria. A contabilização desses benefícios obedece ao regime de competência e a concessão destes cessa ao término do vínculo empregatício.

a) Previdência privada

O plano de previdência privada da Klabin - Plano Prever, administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A., foi instituído em 1986 sob a modalidade de benefício definido. A partir de 1998 houve uma reestruturação que resultou na conversão do plano para a modalidade de contribuição definida.

Em novembro de 2001, foi instituído um novo plano de previdência privada o Plano de Aposentadoria Complementar Klabin - PACK, administrado pelo Bradesco Vida e Previdência S.A. e estruturado no conceito de PGBL - Plano Gerador de Benefícios Livres. Aos participantes do Plano Prever foi dada a opção de migração para o novo plano. Em ambos os planos não são assumidos pela Companhia nenhuma responsabilidade pela garantia de níveis mínimos de benefícios aos participantes que venham a se aposentar.

b) Assistência médica

A Companhia, por meio de acordo firmado com o Sindicato da Indústria de Papel, Celulose e Pasta de Madeira para Papel do Estado de São Paulo, assegura o custeio de assistência médica (Hospital SEPACO, principal plano) de forma permanente aos seus funcionários que se aposentaram até 2001, bem como para os seus dependentes até completarem a maioridade e cônjuge, de forma vitalícia estando vedada a novas adesões.

A Companhia entende que a referida assistência médica caracteriza um plano de benefício definido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, diante disso mantém registrada a provisão para o passivo atuarial estimado no montante de R\$ 56.621 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 57.328 em 31 de dezembro de 2013) no passivo não circulante na rubrica de "Outras Contas a Pagar e Provisões".

Na avaliação atuarial foram utilizadas as seguintes hipóteses econômicas e biométricas: taxa de desconto de 11,25% a.a. nominal, taxa de crescimento nominal dos custos médicos variável iniciando em 2014 com 12,7% a.a. atingindo a 7,2% a.a. em 2026, inflação de longo prazo de 5,2% a.a. e tábua biométrica de mortalidade RP 2000. As atualizações atuariais são mantidas no patrimônio líquido no grupo de "ajustes de avaliação patrimonial" (resultado abrangente), conforme requerido pelo CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

O aumento ou dec



Klabin S.A.

CNPJ nº 89.637.490/0001-45 - Companhia Aberta.



www.klabin.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O lucro/prejuízo da controlada em conjunto está influenciado com itens dos quais são excluídos do cálculo do LAJIDA (EBITDA), tais como: resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, amortização, depreciação e exaustão e variação do valor justo dos ativos biológicos. Por este motivo, o resultado de equivalência patrimonial é excluído do cálculo, sendo adicionado o LAJIDA (EBITDA) gerado na controlada em conjunto calculado da mesma forma, equivalente a participação da Companhia no investimento.

(iii) Realização de custo atribuído imobilizado (terras)

Os efeitos do custo atribuído das terras alocado ao ativo imobilizado na adoção inicial do IFRS são ajustados no EBITDA quando realizado mediante alienação dos ativos, por não tratar-se de um efeito caixa que compõe o custo do ativo alienado.

2. PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, a administração da Klabin S.A. vem apresentar a presente proposta de Orçamento de Capital.

O orçamento dos investimentos para o ano de 2015, aprovado em reunião ordinária do Conselho de Administração realizada em 11 de dezembro de 2014, totaliza R\$ 4.172 milhões, assim distribuídos:

	R\$ Milhões
Investimentos	
Projeto PUMA - Construção da planta de celulose	3.437
Projetos especiais - Expansão	350
Manutenção das operações	385
	4.172

Fontes de Recursos

Recursos de Terceiros	
BNDDES	2.200
ECA - Finnvera (Agência Finlandesa de Crédito à Exportação)	1.000
IDB - Inter-American Development Bank.....	700
Total de Financiamentos.....	3.900

Recursos próprios

Recursos em caixa e/ou geração de caixa das atividades operacionais no exercício (incluindo debêntures conversíveis - 6ª emissão)	272
	4.172

A Administração da Companhia permanece à disposição dos Senhores Acionistas para prestar os esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente - Pedro Franco Piva

Conselheiros

Armando Klabin	Líliá Klabin Levine	Paulo Sérgio Coutinho Galvão Filho
Celso Lafer	Matheus Morgan Villares	Roberto Luiz Leme Klabin
Daniel Miguel Klabin	Miguel Lafer	Rui Manuel de Medeiros D'Espinay Patrício
Israel Klabin	Olavo Egydio Monteiro de Carvalho	Vera Lafer

CONSELHO FISCAL

Antonio Marcos Vieira Santos	Luís Eduardo Pereira de Carvalho	Wolfgang Eberhard Rohrbach
João Alfredo Dias Lins	Maurício Tiomno Tolmasquim	

DIRETORIA

Fabio Schwartsman	Diretor Geral
Antonio Sergio Alfano	Diretor Financeiro e de Relação com Investidores
Paulo Roberto Petterle	Diretor
Francisco Cezar Razzolini	Diretor
Arthur Canhisares	Diretor
Cristiano Cardoso Teixeira	Diretor

Pedro Guilherme Zan	Angel Alvarez Núñez
Controladoria	Contabilidade
CT-CRC-1SP168918/O-9	TC-CRC-1SP157878/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados por representantes da administração da Companhia e no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas, opinam, pela unanimidade dos presentes, que as mencionadas demonstrações financeiras refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e que, juntamente com o Relatório da Administração, com a proposta de orçamento de capital e com a proposta de distribuição de dividendos, estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Companhia.

Os membros do Conselho Fiscal examinaram também a proposta da Administração para o aumento de capital da Companhia sem emissão de novas ações, no valor de R\$ 104,5 milhões, com a utilização de Reservas Legal e de Incentivos Fiscais e concluíram que a mesma se encontra em condições de ser submetida à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2015.

Antonio Marcos Vieira Santos

João Alfredo Dias Lins

Luís Eduardo Pereira de Carvalho

Maurício Tiomno Tolmasquim

Wolfgang Eberhard Rohrbach

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Klabin S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Klabin S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Klabin S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas

não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Klabin S.A. e da Klabin S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2015.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Tadeu Cendón Ferreira
Contador CRC 1SP188352/O-5